

Novo comando na Magistratura Paulista

Tribuna da Magistratura

*Informativo da Associação Paulista de Magistrados
Ano XIX - Número 186 - Janeiro de 2010*



■ Des. Paulo Dimas assume Presidência da APAMAGIS

Em solenidade realizada no auditório da sede administrativa, o novo Presidente Des. Paulo Dimas, seus dois Vices Des. Roque Mesquita e Juiz Fernando Bartoletti e membros da Diretoria e do Conselho assumiram a APAMAGIS e traçaram ambiciosas metas para o próximo biênio.

[PÁGINA 4](#)

■ Des. Viana Santos é o novo Presidente do TJ/SP

Eleitos pelo Pleno do Tribunal de Justiça de São Paulo, os Desembargadores Antonio Carlos Viana Santos, Marco César Müller Valente e Antonio Carlos Munhoz Soares assumiram a condução do Judiciário Paulista.

[PÁGINA 5](#)



■ Des. Pedro Gagliardi é eleito Diretor da Escola Paulista da Magistratura. [PÁGINA 6](#)

■ Des. Walter Guilherme é escolhido para presidir o TRE/SP. [PÁGINA 6](#)

1ª Vice-Presidência

APAMAGIS 2010/2011 - CONTINUÍSMO?

Estamos vivendo mais um momento relevante na existência da nossa associação - o instante no qual se inicia uma nova gestão no comando da entidade que se constitui no braço político do Poder Judiciário do nosso Estado.

A Diretoria que assume a responsabilidade pela direção está sob o comando do colega Paulo Dimas. Ele será o nosso mentor e coordenador geral da política que predominará durante o biênio. É certo que era o primeiro vice-presidente na gestão anterior, de responsabilidade do colega Henrique Calandra, que alcançou um índice de aprovação considerável pela grande maioria dos associados, tanto que não houve concorrência nas eleições.

Essa circunstância pode levar o leitor a pensar que tudo continuará como dantes no quartel de Abrantes, como diz o ditado popular. Afinal, sendo o atual presidente o antigo vice do anterior, não existe motivo plausível para chegar a outra conclusão.

Mas não é assim, respeitadas as opiniões divergentes, como se diz na linguagem que utilizamos no nosso trabalho diário.

Em política não se pode negar a existência de alianças para que aqueles que tenham a pretensão de alcançar os cargos de direção de uma entidade tenham seus nomes viabilizados pelos demais e dessa forma acabem sendo bem sucedidos nas eleições.

Esse é o fenômeno político que estamos assistindo nos últimos quatro anos aqui na APAMAGIS. Tudo começou com o colega Sebastião Amorim, que conseguiu aglutinar vários grupos (antigos adversários nas eleições) em torno do seu nome, todos unidos tendo como objetivo comum fazer com que a nossa associação retomasse o prestígio e a importância de outrora e que havia perdido ao longo do tempo.

É claro que ao chegar o momento de escolher quem será o próximo candidato a presidente, todos os colegas interessados se reúnem para decidir qual deles terá a oportunidade de submeter o seu nome aos associados como o novo gestor da entidade. O eleito não terá qualquer compromisso de seguir as diretrizes implantadas pelo antecessor. Exercerá a sua gestão de acordo como entender ser o melhor caminho para a entidade. Seu compromisso se resume em seguir os princípios que são comuns a todos, como, por exemplo, promover a união dos magistrados, otimizar a interiorização da entidade, valorizar os encontros de coordenadores e os encontros regionais, enfim, promover a integração entre todos os associados, do interior e da capital.

Essas circunstâncias mostram que a eleição do atual presidente não significa continuidade. Isso ocorre quando o mesmo dirigente permanece no cargo através da reeleição e prossegue aplicando a mesma política da gestão anterior. Com o novo presidente teremos uma nova forma de conduzir a entidade, aproveitando os pontos positivos que nortearam as gestões anteriores, entre os quais pode ser destacado o interesse comum de dedicação total para a valorização da associação enquanto entidade de classe e dos magistrados, sem prejuízo da vida pessoal e familiar.

O mais importante de tudo é afirmar que todos os associados serão os responsáveis pela administração, uma vez que através dos respectivos coordenadores regionais trarão suas reivindicações e angústias ao conhecimento da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal, no qual os colegas que atuam no interior do Estado ocupam várias cadeiras, por iniciativa daqueles que vieram para o comando da entidade a partir do Sebastião Amorim.

E o maior exemplo da integração está na posse conjunta com o novo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integração não significa subordinação aos parâmetros ditados por este último, por sinal, ex-Presidente da nossa entidade por duas vezes e ex-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O colega associado Viana Santos reúne as melhores condições para realizar uma gestão profícua no TJ/SP, com o apoio da APAMAGIS em todas as medidas que forem do interesse coletivo dos magistrados. Pela primeira vez na história, no início das respectivas administrações, as duas instituições se irmanam em um abraço cordial e fraterno e caminharão juntas na mesma direção, ou seja, na trilha que leva à valorização dos magistrados. Os dirigentes de ambas olharão para o para-brisa e não para o retrovisor, com certeza.

Des. Roque Antonio Mesquita de Oliveira

1º Vice-Presidente (roquemesquita@apamagis.com.br)



O mais importante é que todos os associados serão os responsáveis pela administração, uma vez que através dos respectivos coordenadores regionais trarão suas reivindicações e angústias ao conhecimento da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal.

2ª Vice-Presidência

FÓRUNS ESPECIALIZADOS: EXEMPLO DE SINERGIA E COESÃO

A sinergia é uma ferramenta indispensável à alteração de quadros que se revelam complexos. Afinal, o debate coletivo e a correlata busca por soluções mais eficientes podem trazer novas perspectivas sobre temas aparentemente insolúveis.

Várias foram as vitórias obtidas pela Magistratura, as quais derivam da coesão existente entre os Magistrados sobre determinado assunto, como, por exemplo, a mobilização institucional que culminou com a conquista de várias prerrogativas funcionais estampadas na Constituição Federal.

Lançados na gestão do Desembargador Calandra, os Fóruns Temáticos certamente se somarão a esse enorme acervo do Judiciário paulista. O I FOJESP (dos Juizados Especiais) e o I FOPEJISP (da Infância e Juventude) são sementes que poderão se expandir para os demais ramos do Direito.

Derivados da integração de entidades representativas como APAMAGIS, EPM - Escola Paulista da Magistratura - e o próprio Tribunal de Justiça, os Fóruns Especializados contaram com efetiva e produtiva adesão de Juizes e Desembargadores.

De maneira organizada e com metodologia excepcional, os Fóruns foram e serão instrumentos singulares de diagnóstico de problemas, de debate de ideias e de sistematização de soluções. Mais ainda, tornar-se-ão veículos eficientes e legitimados de encaminhamento de pleitos, além de se revelarem aptos para antever cenários que possam exigir atuação que transcenda a órbita do Judiciário, como, por exemplo, na questão de mudanças legislativas.

Entretanto, os desafios do Judiciário não serão vencidos apenas com mais trabalho e mais dedicação dos Juizes e Desembargadores. Ao contrário, é preciso que ocorra uma série de medidas, como incremento orçamentário, mais informatização, expansão e qualificação do quadro funcional. E essas metas serão buscadas com obstinação e desvelo pela Diretoria da APAMAGIS.

E, nesses pontos, os Fóruns Especializados serão de grande utilidade. Afinal, o escoreito diagnóstico pontual das demandas do Judiciário é premissa elementar para a necessária mudança de paradigma.

O cenário atual revela um imenso e aviltante volume de processos colocados sobre os ombros de Juizes e de Desembargadores. E isso, ao contrário do que alguns apregoam, não se resolverá com medidas de alto impacto midiático, mas de baixíssimo retorno.

Ao contrário, é preciso um jogo de paciência e de agilidade, envolvendo organização, trabalho desmedido e novas estratégias, que passam por imprescindíveis alterações legislativas e alcançam uma nova estruturação do Judiciário.

Não se pode deixar qualquer fresta de dúvida sobre nossa capacidade de vencer os desafios que se avizinham. E surge dos Fóruns Especializados a certeza plena de que a nossa Magistratura é qualificada e está apta a detectar problemas e apresentar soluções. Mais ainda. É coesa e sinérgica, voltada integralmente para a obtenção de Justiça, com eficiência.

Precisamos, porém, de apoio, recursos humanos e pesados investimentos em informatização. Os instrumentos de diálogo com os demais poderes, em especial os avanços obtidos com a Frente Parlamentar pela Autonomia Financeira do Poder Judiciário têm sido um verdadeiro alento para que possamos vencer.



Entretanto, os desafios do Judiciário não serão vencidos apenas com mais trabalho e mais dedicação dos Juizes e Desembargadores. Ao contrário, é preciso que ocorra uma série de medidas, como incremento orçamentário, mais informatização, expansão e qualificação do quadro funcional. E essas metas serão buscadas com obstinação e desvelo pela Diretoria da APAMAGIS.

Juiz Fernando Figueiredo Bartoletti

2º Vice-Presidente (ffbartoletti@apamagis.com.br)

Novos desafios

A APAMAGIS é uma entidade de múltiplas características e de alcance impressionante, desde a extensão territorial até o poder de interlocução com os mais variados setores da sociedade. Conscientes da importância da entidade para a Magistratura, para o Judiciário e para a sociedade, preparamo-nos para os desafios do próximo biênio, juntos com você e com os nossos mais de três mil associados.

A atual estrutura organizacional do Brasil revela um descompasso entre os Poderes, algo que prejudica a sociedade. O Executivo se tornou um poder hipertrofiado. O Judiciário, ao contrário, ressentido-se de recursos suficientes para atender aos clamores da sociedade. Quais são os problemas e, principalmente, o que fazer para superá-los? As respostas não são tão simples, afinal, há inúmeras variáveis que pesam nessa balança.

A Frente Parlamentar pela Autonomia Financeira do Judiciário, liderada na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo nosso amigo Rodolfo Costa e Silva, debruça-se a buscar alternativas. É um trabalho absolutamente imprescindível para a sociedade e que trará frutos para os outros Estados da República.

Correto, mas enquanto as soluções não chegam, devemos ficar de braços cruzados, assistindo o Judiciário e a Justiça minguando e perdendo a credibilidade?

Intuitivo que a resposta só pode ser uma: um sonoro e retumbante não.

É preciso, como diz a gíria popular, “trocar o pneu com o carro andando”. E, bem por isso, nos últimos anos, a APAMAGIS procurou estreitar relações com os Poderes. Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores e inúmeros representantes do povo foram visitados e obtiveram informações das dificuldades experimentadas pelo Judiciário paulista e problemas pontuais foram sanados ou minimizados. Assim obtivemos, por exemplo, a aprovação da Lei dos Subsídios, que corrigiu um problema crônico de valorização dos Magistrados de São Paulo.

Não se pode desprezar avanços no relacionamento com o Poder Executivo em âmbito estadual. Se é certo que temos muitas demandas que não foram solucionadas, outras tantas foram atendidas, graças aos esforços do Secretário da Justiça e de Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey e do próprio Governador José Serra.

As conquistas obtidas nos obrigam a não esmorecer, igualmente os eventuais percalços não podem trazer desânimo. É com este horizonte que iniciamos mais uma etapa na história da APAMAGIS.

Uma de nossas principais metas é mostrar a magnitude do Judiciário para a população, que muitas vezes possui uma visão míope de nosso trabalho. Poucas pessoas compreendem a relevância da figura de um Juiz forte e independente para a consolidação da democracia.

Para obter resultados mais expressivos, estabeleceremos uma proximidade com setores representativos da sociedade. Ganha especial relevo uma ideia gestada e já acolhida por grandes veículos da imprensa: uma grande campanha de mídia, com o objetivo de retratar a importância do Judiciário. Ações empreendidas por Juizes e Desembargadores na solução de conflitos e na pacificação social deixariam o restrito ambiente dos Fóruns e Tribunais e ganhariam espaço nas ruas.

É evidente que ninguém valoriza aquilo que não conhece e, por isso, pretendemos mostrar essa Magistratura forte e vigorosa do Estado de São Paulo. Um Judiciário que em primeira instância, apenas em 2009, realizou 1.422.804 audiências, proferiu 5.392.889 sentenças e cumpriu 858.622 precatórias. E os Desembargadores também mostraram dedicação e abnegação: em 2009, foram proferidos quase 810 mil votos.

Valorizar a Justiça é um elemento que distingue civilizações. Um Judiciário forte, coeso e independente é pilar fundamental para a construção de um Estado verdadeiramente democrático e de Direito.

Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Presidente da APAMAGIS (presidencia@apamagis.com.br)

“(…) a APAMAGIS procurou estreitar relações com os Poderes. Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores e inúmeros representantes do povo foram visitados e obtiveram informações das dificuldades experimentadas pelo Judiciário paulista e problemas pontuais foram sanados ou minimizados. Assim obtivemos, por exemplo, a aprovação da Lei dos Subsídios, que corrigiu um problema crônico de valorização dos Magistrados de São Paulo”.



“Uma de nossas principais metas é mostrar a magnitude do Judiciário para a população, que muitas vezes possui uma visão míope de nosso trabalho. Poucas pessoas compreendem a relevância da figura de um Juiz forte e independente para a consolidação da democracia”.



Tribuna da Magistratura
Publicação da Associação Paulista de Magistrados
Ano XIX - nº 186

R. Tabatinguera, 140 - sobreloja
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3292-2200
Fax: (11) 3292-2209

Tiragem: 3.600 exemplares

APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

Presidência
presidencia@apamagis.com.br

Secretaria
secretaria@apamagis.com.br

Imprensa
imprensa@apamagis.com.br

Convênios
convenios@apamagis.com.br

Informática
info@apamagis.com.br

Site
www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

1º Vice-Presidente
Roque Antonio Mesquita de Oliveira

2º Vice-Presidente
Fernando Figueiredo Bartoletti

Diretor Secretário e Financeiro
Irineu Jorge Fava

Diretora Adjunta Secretária
Ana Paula Sampaio de Q. Bandeira Lins

Diretor Adjunto Secretário
Edison Aparecido Brandão

Diretor Adjunto Financeiro
Elcio Trujillo

COMUNICAÇÃO

Roque Antonio Mesquita de Oliveira
Fernando Figueiredo Bartoletti
José Elias Themer

IMPRENSA

José Elias Themer
Carolina N. Munhoz Rossi

Jornalista Responsável
Adriana Brunelli (MTB 33.183)

Coordenação Geral
Luciano Ayres

Redação
Karin Hetschko e Jessamy Kisberli

Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
AyresPP Comunicação e Marketing Estratégico
Tel: (19) 3232.6823

Fotos
AyresPP

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César
Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins
Antonio Ernesto de Bittencourt Rodrigues
José Carlos Ferreira Alves
Roque Antonio Mesquita de Oliveira

COLABORADORES

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.



APAMAGIS

Posse de nova Diretoria |

Magistratura reafirma união

Com uma longa trajetória de lutas em prol da Magistratura, eleitos trazem novas propostas para o Judiciário

Reforma das entrâncias, aumento dos diálogos com os Parlamentares para a aprovação de projetos em prol da Magistratura e a apresentação de uma emenda que revisa a questão do quinto constitucional. Estes são exemplos de alguns trabalhos e lutas enfrentadas pela Diretoria Executiva no biênio 2008/2009.

Para renovar os votos de gestão e finalmente celebrar o clima de união e parceria da Magistratura Paulista, foram recebidos, no dia 4 de janeiro, na sede administrativa da Associação, os novos representantes da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal, para que fosse realizada a posse oficial de seus membros eleitos: o novo Presidente da APAMAGIS, o Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, o 1º Vice-Presidente, Des. Roque Mesquita, o 2º Vice-Presidente, Juiz Fernando Bartoletti, o Juiz Irineu Jorge Fava, novo Diretor-Secretário e Diretor-Tesoureiro da APAMAGIS, a Juíza Ana Paula Bandeira Lins, como Diretora-Adjunta do Departamento de Secretaria, os Conselheiros Des. Antonio Benedito Ribeiro Pinto, Des. Antonio Raphael Silva Salvador, Des. Carlos Antonio Teixeira Leite Filho, Des. Sebastião Luiz Amorim, Des. Zélia Maria Antunes Alves, Juiz Álvaro Augusto dos Passos, Juíza Andrea Ribeiro Borges, Juiz Osni Assis Pereira e Juiz Flavio Fenoglio Guimarães. Apenas o Conselheiro Des. Paulo Alcides Amaral Salles, o Juiz Edison Aparecido Brandão, como Diretor-Secretário Adjunto e o Juiz Elcio Trujillo, Diretor-Adjunto financeiro, não puderam comparecer à cerimônia de posse.

Para o Presidente empossado, Des. Paulo Dimas, a APAMAGIS está só começando a sua luta institucional, que deve ser ininterrupta. “Muitos desafios estão ainda por vir. Temos inúmeras lutas pela frente. Como digo sempre, nossas conquistas são de difícil maturação, porém, sempre possíveis de serem alcançadas”, afirmou.



| O novo Presidente da APAMAGIS, Des. Paulo Dimas, saúda seu antecessor, Des. Henrique Nelson Calandra e exorta união da Magistratura

Em demonstração de intenso carinho pela Associação, o ex-Presidente da Associação no biênio 2008/2009, Des. Henrique Nelson Calandra, visivelmente emocionado, falou sobre as conquistas e os entraves enfrentados por sua equipe nos desafios mais marcantes da gestão. “Nós progredimos e fizemos tantas atividades nessa gestão! Criamos, na verdade, mais que um método de administrar, criamos uma união entre a Magistratura Estadual”, disse.

“Fica aqui o desejo de todos nós que o Brasil progrida como um país democrático, e que os grandes timoneiros desse biênio – Paulo Dimas, Roque Mesquita e Fernando Bartoletti – juntamente com a presidência do TJ/SP, farão a diferença para a nossa comunidade e para o nosso Brasil”, encerrou Calandra.

O Secretário de Estado da Justiça e de Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Guimarães Marrey, que sempre prestigia os eventos da APAMAGIS, deixou claro o motivo de sua colaboração nas empreitadas assumidas pela antiga Diretoria. “Essa Associação é composta por mulheres e homens

“Como digo sempre, nossas conquistas são de difícil maturação, porém, sempre possíveis de serem alcançadas”

Des. Paulo Dimas

de seriedade em uma função essencial ao Estado de Direito do país. Como representante do Governador, reconheço essa importância com a abertura do governo para diálogos e para os pleitos da Magistratura”, declarou Marrey.

PARCERIA COM O TJ/SP

O Presidente recém empossado da Corte Paulista, Des. Viana Santos, que presidiu a APAMAGIS em dois biênios, de 1996 a 1999, e esteve à frente da AMB no biênio 2000/2001, afirmou que deixaria as portas do Tribunal abertas para as campanhas da Associação.

Da mesma forma, a Associação procurará atuar ainda mais ao lado do TJ/SP e dos outros poderes, justamente mostrando que as deficiências estruturais precisam ser corrigidas.

Dessa forma, será possível pleitear providências para agilizar a prestação jurisdicional.

Outra das novas metas da gestão, elencadas pelo Presidente da APAMAGIS, é reaproximar o Judiciário da sociedade, realizando uma campanha institucional de esclarecimento da população sobre as atividades do Poder Judiciário e a importância do Juiz para a sociedade democrática.

De acordo com o Desembargador Paulo Dimas, que testemunhou a luta dos seus antecessores, Des. Sebastião Amorim e Des. Henrique Nelson Calandra, todo o engajamento demonstrado por eles foi o que alavancou mais de cem diretores na luta pelas prerrogativas dos Magistrados, entre elas a interiorização da APAMAGIS, as lutas no Congresso Nacional e no CNJ e o aumento da representatividade junto aos órgãos governamentais. “Eu que vim de uma longa luta associativa, aceitei o desafio e praticamente recomencei uma carreira na APAMAGIS. Posso dizer que foi e continuará sendo um trabalho vitorioso”, disse o novo Presidente. ■



| Auditório da sede social estava lotado



| Nova composição do Conselho mescla experiência e tradição

TJ/SP |

Tribunal de Justiça empossa oficialmente seus novos representantes

Durante solenidade, Magistrados falaram sobre projetos que demonstram a perseverança da nova Presidência



| Des. Viana Santos assume a Presidência do maior Tribunal do mundo



| Des. Paulo Dimas cumprimenta o Des. Viana Santos, novo presidente do TJ/SP

Na tarde do dia 4 de janeiro, o Des. Antonio Carlos Viana Santos assumiu oficialmente o cargo de Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o biênio 2010/2011, ao lado dos companheiros Des. Marco César Müller Valente, Vice-Presidente, e Des. Antonio Carlos Munhoz Soares, Corregedor-Geral do TJ/SP, sob grandes expectativas.

A cerimônia contou com a presença de inúmeras autoridades que foram prestigiar e comemorar a nova direção da Magistratura Bandeirante. Os Magistrados aproveitaram a oportunidade para enfatizar a dedicação à instituição. O ex-Presidente no biênio 2008/2009, Des. Roberto Antonio Vallim Bellocchi, despediu-se da presidência da Corte Paulista agradecendo e elogiando toda a equipe que colaborou para o êxito de sua gestão à frente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sobre a administração, o Presidente empossado tem muitos anseios. "Expectativas ou esperanças muitas vezes não condizem com a realidade que será enfrentada. Gerenciar 45 mil servidores em atividade, além dos Desembargadores e Juizes, é uma tarefa árdua. Eu tenho esperança de poder contar com um grupo de Desembargadores, chamado núcleo de gestão e planejamento estratégico, que abrange todas as áreas do Judiciário", disse o Des. Viana Santos.

"Temos grandes expectativas de dias melhores. Nós confiamos muito no Viana Santos na Presidência do TJ/SP, pois sabemos que ele é um homem de diálogo, um homem feito para ouvir, aprender e agir. Já testemunhamos isso na APAMAGIS e na AMB, e sabemos que esse papel de homem estadista e de competência se repetirá na Presidência do TJ", declarou o novo Presidente da APAMAGIS, Des. Paulo Dimas.

Durante a cerimônia no Palácio da Justiça, o Des. Antonio Carlos Munhoz Soares, Corregedor-Geral de Justiça e orador em nome dos empossados, aproveitou o discurso para questionar o corte de verbas em mais de R\$ 2 bilhões na proposta orçamentária original do Poder Judiciário. "O Judiciário de São Paulo é muito diferenciado por conta de seu montante de processos. Até hoje, depois de mais de 10 anos, temos Varas na capital e no interior que sentem falta de funcionários e de Magistrados", disse.

Sobre a campanha em prol da autonomia do Judiciário, Munhoz Soares

"Poderemos agora administrar esse gigante Tribunal de Justiça, contando com a união de todos para a viabilização de uma administração que só traga benefícios para o Judiciário Paulista"

Des. Viana Santos

afirmou que atitudes serão tomadas. "Discute-se o projeto há quatro anos. Nas viagens que farei, a título correicional ou não, esclarecerei a razão da carência por que passa o foro local", disse, engajado, o novo Corregedor.

O Presidente do TJ/SP, Desembargador Viana Santos, surpreso com a presença maciça da Magistratura, afirmou que há muito tempo não via uma solenidade com tantos amigos. Ele sublinhou ainda a importância da democracia na concretização de uma boa administração judiciária. "Agradeço aos que votaram em mim, e também aos que não votaram. Poderemos agora administrar esse gigante Tribunal de Justiça, contando com a união de todos para a viabilização de uma

administração que só traga benefícios para o Judiciário Paulista, com melhor prestação jurisdicional, dando a cada um o que é seu".

Durante a cerimônia, também tomaram posse o Presidente da Seção de Direito Criminal, Desembargador Ciro Piniheiro e Campos; o Presidente da Seção de Direito Público, Desembargador Luis Antonio Ganzerla; e o Presidente da Seção de Direito Privado, Desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha.

Na oportunidade, o Presidente da Corte Paulista anunciou a solenidade de abertura do ano judiciário, no próximo dia 5 de fevereiro, às 16h, na Sala São Paulo, em celebração conjunta da posse do atual Conselho da Magistratura do TJ/SP e da nova Diretoria da APAMAGIS.

Entre os presentes à solenidade estavam o Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Presidente da APAMAGIS; Des. Roque Mesquita, 1º Vice-Presidente da APAMAGIS; Juiz Fernando Bartoletti, 2º Vice-Presidente da APAMAGIS; Des. Henrique Nelson Calandra (ex-Presidente da APAMAGIS); Des. Luiz Elias Tâmbara, Decano do TJ/SP; Des.

"O Judiciário de São Paulo é muito diferenciado por conta de seu montante de processos. Até hoje, depois de mais de 10 anos, temos Varas na capital e no interior que sentem falta de funcionários e de Magistrados"

Des. Munhoz Soares

Roberto Antonio Vallim Bellocchi, ex-Presidente do TJ/SP; Des. Eduardo Pereira Santos, ex-Presidente da Seção de Direito Criminal do TJ/SP; Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, do STJ; Des. Celso Luiz Limongi, ex-Presidente do TJ/SP; Des. Walter de Almeida Guilherme, Presidente do TRE/SP; Des. Antonio Carlos Malheiros, Presidente do Instituto Paulista de Magistrados e Coordenador da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ/SP; Des. Antonio Rulli Júnior, Diretor da EPM; Des. Alceu Penteadado Navarro, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Eleitoral do Estado de SP, entre outros. ■



| Juiz Bartoletti, Des. Roque e Cel. Neves, membros da Diretoria da APAMAGIS, reafirmam apoio à nova gestão do TJ/SP, sob a presidência do Des. Viana Santos

EPM |

Des. Pedro Gagliardi comandará Escola Paulista da Magistratura

Des. Armando Toledo será o novo Vice-Diretor

A chapa encabeçada pelo Des. Pedro Gagliardi venceu a disputa pela direção da Escola Paulista da Magistratura. “Ganhar assim, quase raspando, é mais gostoso”, brincou Gagliardi, depois do resultado, em que venceu seu adversário pela diferença de apenas um voto (12 a 11). A eleição aconteceu na última sessão de 2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Desembargador Pedro Gagliardi era candidato único à Diretoria da entidade. Entretanto, de última hora foi formada outra chapa, com o Desembargador Manoel Pereira Calças à frente. A oposição surpreendeu pelo desempenho mostrado no Órgão Especial.

A atribuição para a escolha da Diretoria da Escola Paulista da Magistratura é do Órgão Especial, formado por 25 desembargadores. O colegiado ele-

ge os nomes que vão ocupar os cargos de direção (Diretor e Vice-Diretor) e o Conselho Consultivo da EPM.

A chapa eleita pelo Órgão Especial é composta pelos Magistrados Pedro Gagliardi, Armando Toledo, Oscarlino Moeller, Maurício Vidigal, Walter de Almeida Guilherme, José Raul Gavião de Almeida, Antonio Carlos Malheiros, João Alfredo de Oliveira Santos e Regis de Castilho Barbosa Filho.

O Desembargador Pedro Gagliardi será o 10º Diretor da Escola Paulista da Magistratura. Ele é o atual Vice-Diretor da entidade, eleito em 2008. A nova direção vai permanecer no cargo para o biênio 2010/2011.

No próximo biênio, o cargo de Vice-Diretor será ocupado pelo Desembargador Armando Toledo, que há anos se dedica ao associativismo, desempenhando funções extremamente importantes na APAMAGIS. ■



| Des. Pedro Gagliardi

TRE/SP |

Des. Walter de Almeida Guilherme é o novo Presidente do TRE de São Paulo

Des. Alceu Penteado é o novo Vice e Corregedor



| Des. Walter de Almeida Guilherme

O Desembargador Walter de Almeida Guilherme foi eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para os anos de 2010 e 2011. Caberá ao Des. Walter Guilherme presidir os trabalhos relativos às próximas eleições, que ocorrem em 3 de outubro de 2010, quando os mais de 29,4 milhões de eleitores paulistas votarão para eleger Presidente da República, Governador do Estado, dois Senadores, 70 deputados federais e 94 estaduais. Caberá ao TRE o julgamento de todos os feitos relativos ao pleito.

A eleição foi realizada por meio de urna eletrônica e votaram os sete Juízes que compõem a Corte paulista. A Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral serão ocupadas pelo Desembargador Alceu Penteado Navarro. A posse será realizada em fevereiro.

CARREIRA

Walter de Almeida Guilherme, 64 anos, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), iniciou sua carreira no Ministério Público em agosto de 1969. Atua na Magistratura desde outubro

Caberá ao Des. Walter Guilherme presidir os trabalhos relativos às próximas eleições, que ocorrem em 3 de outubro de 2010.

de 1989, quando ingressou, pelo critério do Quinto Constitucional, como Juiz do extinto 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

Foi também Juiz do extinto Tribunal de Alçada Criminal (abril de 1993) e promovido a Desembargador no Tribunal de Justiça de São Paulo em outubro de 1997. No Tribunal Eleitoral foi eleito Juiz substituto na classe Desembargador em dezembro de 2005 e tomou posse como Juiz efetivo em novembro de 2007.

Ocupa a Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral desde sua eleição, em 4 de dezembro de 2007. É, ainda, Presidente do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, desde 3 de abril de 2009. ■

2008/09 |

Henrique Calandra e os novos desafios

“O grande sonho de comandar a APAMAGIS foi realizado”

O Desembargador **Henrique Nelson Calandra** finalizou dois anos de gestão no comando da APAMAGIS com excepcionais índices: a entidade cresceu em número de associados, fortaleceu-se institucionalmente e, principalmente, promoveu a coesão da Magistratura de São Paulo. A equipe do *Tribuna da Magistratura* traz entrevista exclusiva com o Magistrado, que relembra o passado de lutas e conquistas, discorre sobre os desafios do Judiciário e fala sobre o futuro. Confira!

Desembargador Calandra, como se sente após dois intensos anos conduzindo a APAMAGIS? Na verdade, sinto um misto de sensações. Se por um lado, obtivemos grandes conquistas em nossa gestão, por outro, há inúmeras ações que gostaríamos de ter concluído, mas que por inúmeras razões estavam fora de nosso alcance.

A autonomia financeira é uma delas? Certamente. Entretanto, precisamos destacar os avanços obtidos nessa área junto ao Executivo e ao Legislativo. Os deputados Rodolfo Costa e Silva, criador da Frente Parlamentar, Campos Machado, Fernando Capez e o presidente da Assembleia Barros Munhoz compreenderam o tema e buscam soluções no âmbito legislativo. De se destacar também o diálogo com o Secretário da Justiça Marrey e do próprio Governador Serra, que sabem da importância da modernização do Judiciário. Aliás, o Governador José Serra nos prestigiou em diversas oportunidades, como no jantar em homenagem ao Deputado Michel Temer, no qual compareceu mesmo com agenda extremamente complicada para nos externar publicamente com sua consideração para conosco e com a Magistratura Bandeirante e com nosso amigo Michel Temer.

Se há esse ambiente, por que ainda não foi implantada a autonomia financeira do Judiciário em São Paulo? Porque as coisas são muito mais complexas do que se pode supor em um Estado com as dimensões e peculiaridades como o de



| Desembargador Henrique Nelson Calandra

E não existe verdadeira participação se ficarmos em gabinetes e trabalharmos de maneira protocolar. É preciso colocar “o pé na estrada”, ver os problemas que os Juizes e Desembargadores enfrentam em seu cotidiano.

São Paulo. Trata-se de um Estado com orçamento superior a diversos países, mas com demandas ainda maiores e mais prementes. Não se pode simplesmente transportar um modelo e imaginar que ele vá funcionar. Houve, entretanto, inegáveis avanços e tenho certeza de que isso ganhará ainda mais dinamismo sob o comando do Desembargador Antonio Carlos Viana Santos na Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti na condução da nossa APAMAGIS.

Falando em Paulo Dimas, como viu o seu processo sucessório? O Des. Paulo Dimas é uma figura exem-

plar na Magistratura e tenho imensa honra de ter contado com sua colaboração inestimável em minha gestão, na verdade em nossa gestão, porque sempre houve muita integração com o Paulo Dimas, o Roque Mesquita, o Fernando Bartoletti, o Irineu Fava e com o incansável Sebastião Amorim. Talvez o maior segredo de nossa gestão se resume a uma palavra: participação, que não se circunscreveu a esses nomes. Ao contrário, e o processo de Interiorização e os Encontros de Coordenadores são verdadeiros emblemas disso.

Sonho com um Judiciário ainda mais eficiente e mais próximo da população e empreenderei todas as minhas energias nesse sentido, seja na difícil arte de julgar, seja apoiando o Paulo, o Roque e o Fernando na APAMAGIS ou em outras missões que o destino me reservar.

E essas ações se relacionam com o aumento no quadro associativo? Não tenho a menor dúvida. O Magistrado percebeu que tem voz e comando na APAMAGIS, compreendeu que a coesão da Magistratura é importante - e até mesmo vital - para a democracia. E não existe verdadeira participação se a Diretoria da APAMAGIS ficar em gabinetes e trabalhar de maneira protocolar. É preciso colocar “o pé na estrada”, “arregaçar as mangas” e ver os problemas que os Juizes e Desembargadores enfrentam em seu cotidiano. Por exemplo, imagine a dificuldade de um Juiz sair de Rosana (NR: Comarca a 680 quilômetros da Capital) e vir para São Paulo discutir seus problemas com a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. De outro lado, como o Presidente poderia atender todos os pedidos? Não é falta de vontade, é absolutamente impossível por não existir tempo hábil para falar com todo mundo.

E aí é que entram os Encontros de Coordenadores realizados pela APAMAGIS... Isso mesmo.

Mesmo tendo percorrido quase todo o Estado nos últimos dois anos, fica difícil condensar os problemas e até mesmo encontrar soluções. Assim, estabelecemos um ambiente de discussão nos Encontros de Coordenadores, momento em que discutimos alguns temas, apresentamos e debatemos soluções. As propostas são encaminhadas, ou melhor, encampadas pela APAMAGIS com destino ao Tribunal de Justiça, ao Tribunais Superiores, ao Conselho Nacional da Justiça, ao Poder Executivo ou ao Legislativo.

E quais os seus planos para o futuro? Não me vejo em outras missões que não sejam ligadas à Magistratura, tenho a alma de Juiz, e essa é a minha essência. Sou uma pessoa extremamente realizada e o grande sonho de comandar a APAMAGIS foi realizado. Sonho com um Judiciário ainda mais eficiente e mais próximo da população e empreenderei todas as minhas energias nesse sentido, seja na difícil arte de julgar, seja apoiando o Paulo, o Roque e o Fernando na APAMAGIS ou em outras missões que o destino me reservar. ■

Magistratura |

Semana Nacional da Conciliação pode ser responsável pelo crescimento do Judiciário

Quarta edição renova anseios da Magistratura na busca da celeridade processual

A Semana da Conciliação foi criada a partir de um conceito básico e simples, que é um ideal a ser atingido pelo Poder Judiciário: celeridade processual. Entre os dias 7 e 11 de dezembro, a quarta edição da Semana foi realizada em todo Brasil e a abertura oficial do evento no Estado de São Paulo ocorreu na capital, no Salão de Atos Tiradentes do Memorial da América Latina.

As audiências processuais ficaram concentradas nos 3,5 mil quilômetros quadrados do Memorial, onde foi montada uma megaestrutura para facilitar o atendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Cerca de 1.651 Magistrados, 1.869 Conciliadores e 2.040 colaboradores participaram desta edição, comprovando o fôlego renovado da Magistratura para atender e concretizar a expectativa da população.

O Presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, comentou, no dia da abertura da Semana, sobre o possível crescimento na infraestrutura do Poder Judiciário no ano de 2010, devido ao aumento da economia nacional, prevista pela Fiesp, de aproximadamente 6%, e parabenizou a Magistratura por mais uma edição do evento, que trará bons investimentos para o Judiciário. "Fico feliz por estarmos participando da abertura de mais uma Semana da Conciliação no Estado de São Paulo", disse.

Segundo dados divulgados pela Justiça Estadual, no encerramento do evento, na sexta-feira, dia 11 de dezembro, foram realizados 4.494 acordos em primeira instância, totalizando 11.732 audiências, o equivalente ao percentual de 38,31% em homologa-



| Autoridades dos três Poderes se uniram para fortalecer a Conciliação, importante instrumento de solução de litígios

Foram realizados 4.494 acordos em primeira instância, totalizando 11.732 audiências, o equivalente ao percentual de 38,31% em homologações de acordos, alcançando a cifra de R\$ 17,4 milhões.

ções de acordos, alcançando a cifra de R\$ 17,4 milhões. Durante o período foram atendidas 28.071 pessoas.

Já em segunda instância, foram realizadas 213 audiências, que resultaram em 72 conciliações, um percentual de 33,80%, segundo o Tribunal de Justiça. Neste caso, o valor total dos acordos foi de R\$ 683.468,60.

O percentual de conciliação no pré-processual cível foi de 71,85% e no pré-processual da família chegou a

100%. Dos 1.556 atendimentos realizados, foram obtidos 1.132 acordos, totalizando R\$ 4.646.500,33. Essas conciliações são sinônimos de economia de tempo e dinheiro, já que foram resolvidas antes de chegarem à Justiça.

Na visão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a realização da Semana é mais um esforço para solucionar as demandas da Justiça. O Ministro fez um apelo aos Administradores, Empresários, Juízes e Legisladores para "revisar as práticas para o uso responsável da Justiça". Segundo Mendes, no ano de 2008 tramitaram cerca de 70 milhões de processos, apesar de haver no Brasil aproximadamente 16 mil Magistrados, 200 mil servidores e R\$40 bilhões de orçamento. "O Judiciário e a sociedade clamam por alternativas de uma jurisdição célere e, principalmente, a resolução de seus conflitos", alertou.

ALTERNATIVAS COMPLEMENTARES

Não é necessário aguardar o mutirão da Semana para resolver os problemas pendentes. Nos fóruns regionais de São Paulo existem varas específicas para conciliações. No Fórum de Pinheiros, por exemplo, em média, de 3 a 4 acordos diários são celebrados com o auxílio de mediadores voluntários, num total de até 25 acordos por semana.

O Juiz especializado em conciliações no Fórum de Pinheiros, Rodolfo César Milano, afirma que cobranças relativas a dívidas de condomínio são as mais comuns e que elevam substancialmente o

"O Judiciário e a sociedade clamam por alternativas de uma jurisdição célere e, principalmente, a resolução de seus conflitos"

Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal

trabalho da Justiça. "O condomínio é um aluguel eterno, muitas vezes num universo de cem apartamentos existe um condômino que perde um emprego ou com renda que não consegue acompanhar o reajuste do condomínio", disse.

Além das cobranças dos condomínios, problemas bancários como cobranças de cartão de crédito indevidas e a busca de ajustes pelos planos monetários dos anos de inflação alta no País ocupam posições de destaque entre as ações.

A vantagem principal da conciliação é a rapidez. "Entendo que o custo-benefício, tanto para o credor como para o devedor, é compensador", afirma Milano. De acordo com o Magistrado, após a audiência, homologa-se entre as partes o chamado "título executivo", com o qual é possível executar o acordo caso alguma das partes não cumpra o combinado.

"O credor não precisa aguardar uma sentença definitiva e o recurso, que poderia exigir um ou dois anos a mais", diz. A vantagem, para o devedor, é obter um parcelamento mais elástico, um valor indenizatório menor e ainda evitar a penhora de bens ao final de um longo e desgastante processo. ■



| Jurisdicionados aprovam a realização de mutirões

Promulgada a PEC estadual que disciplina as férias dos Magistrados

Após uma intensa luta em defesa das prerrogativas da Magistratura, a APAMAGIS alcançou um de seus objetivos principais, justamente no final da gestão do Presidente Calandra e do ano de 2009: a promulgação da PEC 32/09, que discorre sobre o pagamento do período de férias não usufruídas em razão de indeferimento pela Administração por necessidade de serviço.

Assinada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Deputado Barros Munhoz, e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia, Deputado Carlinhos de Almeida, no dia 9 de dezembro..

A Proposta de Emenda à Constituição Estadual foi apresentada à ALESP



| Diretoria da APAMAGIS se reuniu diversas vezes com Presidente da ALESP, Dep. Barros Munhoz

“Caberá ainda, ao Presidente do Tribunal de Justiça, e observadas as disponibilidades orçamentárias, indeferir as férias de quaisquer de seus membros por necessidade de serviço, ou determinar a reassunção imediata de magistrado no exercício de seu cargo, cabendo a estes, nas hipóteses aqui previstas, o direito à correspondente indenização das férias no mês subsequente ao indeferimento, ou anotadas para gozo oportuno, a requerimento do interessado”

Artigo 58 da Constituição paulista

pelo Deputado Campos Machado, no dia 18 de setembro. Três meses depois ela viria a ser aprovada pela Casa com a seguinte redação que alterou o artigo 58 da Constituição do Estado: “Caberá ainda, ao Presidente do Tribunal de Justiça, e observadas as disponibilidades orçamentárias, indeferir as férias de quaisquer de seus membros por necessidade de serviço, ou determinar a reassunção imediata de magistrado no exercício de seu cargo, cabendo a estes, nas hipóteses aqui previstas, o direito à correspon-

dente indenização das férias no mês subsequente ao indeferimento, ou anotadas para gozo oportuno, a requerimento do interessado”.

Durante a promulgação da emenda, a Diretoria da APAMAGIS agradeceu o trabalho dos Deputados, que valorizou a classe da Magistratura e o próprio Estado Democrático de Direito. Na ocasião, o Des. Paulo Dimas ainda citou os números de processos em andamento na primeira e segunda instância do TJ/SP e afirmou que esta realidade “faz com que os Juízes fi-

quem impossibilitados de gozar férias por absoluta necessidade de serviço”.

Acompanharam a promulgação da proposta o então 1º Vice-Presidente, Des. Paulo Dimas, o Des. Roque Mesquita, 2º Vice-Presidente, o Diretor-Secretário, Juiz Fernando Bartoletti e o Des. William Campos.

A Diretoria Executiva da APAMAGIS agradece, novamente, o empenho dos Parlamentares da ALESP, em especial ao autor da proposta, Deputado Campos Machado e ao Presidente da Casa Legislativa, Deputado Barros Munhoz. ■

II FOJESP

FÓRUM DE JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Magistratura paulista se reunirá novamente para discutir pautas relacionadas aos Juizados Especiais, afinal, vem aí o II Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP).

Nos dias 19 e 20 de março, o FOJESP - uma iniciativa da APAMAGIS, EPM e do TJ/SP - debaterá novamente temas recorrentes às rotinas de trabalhos dos Magistrados que atuam nas varas de JEC's, bem como atual legislação que rege os trabalhos desses Juízes. PARTICIPE!



Negócio |

Propriedade da APAMAGIS em Águas de São Pedro é vendida para o grupo SENAC

Des. Calandra, Presidente da APAMAGIS na ocasião, assinou a escritura de venda da propriedade da Associação em Águas de São Pedro para o SENAC, na tarde de 14 de dezembro, na sede da Federação de Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio).

Em maio do ano passado, a Diretoria Executiva e o Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS, em reunião, aprovaram a proposta do SENAC para compra da propriedade e, no dia 22 junho, em assembleia extraordinária, os Associados ratificaram a venda.

Estiveram presentes à assinatura do contrato, representando a APAMAGIS, o Des. Paulo Dimas, então 1º Vice-Presidente, o Juiz Irineu Fava, Diretor Financeiro, o Des. Sebastião Luiz Amorim, Conselheiro da APAMAGIS e Vice-Presidente da AMB e o Controller da APAMAGIS Sr. José Roberto Galvão Leite.

A APAMAGIS agradece aos Associados que colaboraram com o êxito da negociação. ■



| Diretoria da APAMAGIS e representantes do SENAC em evento de assinatura do termo

Associado, tenha as melhores coberturas com os seguros de vida, auto e residência da APAMAGIS

Seguro de Vida

Apólice de vida em grupo estipulada pela APAMAGIS com valor reduzido e pagamento via desconto em folha ou conta corrente.

Seguro de Automóvel

Coberturas e descontos especiais para os associados e seus familiares.

Seguro Residencial

Várias opções de cobertura e serviços com menor preço.

Previdência Privada JUSPREV

Garanta um futuro tranquilo planejando seus investimentos pessoais.

A APAMAGIS oferece um completo pacote de seguros com mais vantagens, melhores oportunidades e preços especialmente negociados para os Magistrados e seus familiares.

Confira todos os planos APAMAGIS no site www.fontana.com.br

Centrais de Atendimento

Posto APAMAGIS
(11) 3104-2933
(11) 3292-2200

São Paulo
(11) 3334-7300

Campinas
(19) 3239-3232
(19) 3232-2566

Demais localidades do Estado de São Paulo
0800 016 0009

Fontana Seguros associada à

LAZAM | MDS
GESTÃO DE SEGUROS

Magistrados aposentados criam grupo de auxílio aos trabalhos do TJ/SP

Preocupados com o destino da Magistratura Estadual, aposentados se unem em busca de um fim à verticalidade de processos

O gigantismo do Estado de São Paulo reflete-se diariamente no Poder Judiciário. Apesar da desaceleração do crescimento demográfico, São Paulo hoje conta com quase 40 milhões de habitantes e um montante superior a 18 milhões de processos em tramitação na Justiça, o que o torna um dos maiores do país.

Apesar de toda a aposta na informatização desse montante e da indisponibilidade de verba necessária para que todo o processo de aceleração seja devidamente realizado, foi criado, no último dia 13 de janeiro, o Grupo de Apoio ao Judiciário, o GAJ, composto por Juizes e Desembargadores Aposentados que se reuniram com um único objetivo: munidos de toda a experiência acumulada através dos anos dedicados à função, auxiliar, voluntariamente, o Poder Judiciário Paulista a eliminar o excesso da morosidade que se instalou tão firmemente nos últimos anos.

As reuniões do Grupo ocorrerão todas as quartas-feiras, na sede administrativa da APAMAGIS, ao meio-dia, para que mais ideias sejam propostas e sejam formadas as comissões de auxílio



| APAMAGIS fomentará a atuação do novo GAJ

As reuniões do Grupo ocorrerão todas as quartas-feiras, na sede administrativa da APAMAGIS, para que mais ideias sejam propostas e sejam formadas as comissões de auxílio aos trabalhos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

lio aos trabalhos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. “Com nossa experiência, podemos fazer com que a maior parte dos processos desapareça”, afirmou o Des. Antonio Raphael Silva Salvador.

O próximo passo para oficializar a intenção do GAJ, liderado pelo Des. Gilberto Passos de Freitas, é o de agendar uma reunião com o atual Presidente do TJ/SP, Des. Antonio Carlos Viana Santos, o Vice-Presidente, Des. Marco César Müller Valente, o Corregedor

Geral da Justiça, Des. Antonio Carlos Munhoz Soares e os Presidentes das Seções de Direito Público, Privado e Criminal, Desembargadores Luis Antonio Ganzerla, Fernando Antonio Maia da Cunha e Ciro Pinheiro e Campos, respectivamente.

Até o momento, fazem parte do GAJ, como Presidente, o Des. Gilberto Passos de Freitas, como Secretário o Des. Laércio Laurelli e, como Coordenador de Apoio das Execuções, Silvio Marques Neto, além dos membros do projeto, Desembargadores Luiz Antonio Oliveira Ribeiro, Ubiratan de Arruda, Manoel René Nunes e Carlos Aloysio Canellas de Godoy, da área Criminal; os Desembargadores Antonio Raphael Silva Salvador, Alberto Antonio Zvirblis, José Emmanuel França e Augusto Amaral Mello, do Direito Público; e do Direito Privado, os Desembargadores Jacobina Rabelo, Sebastião Luiz Amorim, Américo Izidoro Angélico, Carlos Roberto Petroni e Marcos Martins. O Grupo deve convocar mais Magistrados Aposentados para a ação em prol da melhoria da Magistratura Estadual. ■

GAJ - TJ/SP

Confira a íntegra da resolução 285

RESOLUÇÃO Nº 285/2006

Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu ÓRGÃO ESPECIAL, CONSIDERANDO que as restrições orçamentárias impostas ao Poder Judiciário dificultam o provimento de cargos do quadro de servidores do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO que o voluntariado provém da participação espontânea, nascida da consciência social e da solidariedade;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de disciplinar o recrutamento e a atuação de pessoas que desejem prestar serviços voluntários no âmbito da Justiça Estadual paulista,

RESOLVE:

Artigo 1º - A prestação de serviço voluntário nas 1ª e 2ª Instâncias obedecerá as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 9.608/98 e nesta Resolução.

Artigo 2º - O serviço voluntário objetiva estimular a consciência da responsabilidade social, da solidariedade, da cooperação e dos deveres cívicos.

Artigo 3º - Pode prestar serviço voluntário a pessoa maior de dezoito anos, que pertença a pelo menos uma das seguintes categorias:

I - servidor ou magistrado, em atividade ou aposentado;

II - graduado em Direito, Medicina, Psicologia, Arquivologia, Assistência Social, Secretariado, Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Letras, Matemática, Biblioteconomia, Engenharia, Comunicação Social, Economia ou

Enfermagem, ou estudante desses cursos;

III - membro da sociedade civil com atuação nas áreas de educação, cultura ou desporto.

Artigo 4º - O serviço voluntário será prestado sem recebimento de contraprestação financeira ou qualquer outro tipo de remuneração, não gerando vínculo de emprego com o Estado, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou outra afim.

Artigo 5º - A prestação de serviço voluntário será formalizada por meio de termo de adesão celebrado entre o Tribunal e o voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Parágrafo único - A prestação de serviço voluntário no Tribunal é incompatível com o exercício da advocacia e com a realização de estágio em escritório de advogados.

Artigo 6º - É criada a Comissão do Serviço Voluntário, com os seguintes objetivos:

I - coordenar e agilizar as ações necessárias à prestação de serviço voluntário;

II - definir critérios para a seleção de voluntários;

III - programar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades dos voluntários;

IV - indicar as unidades em que poderá haver prestação de serviço voluntário;

V - deliberar sobre os demais procedimentos administrativos relacionados com a matéria de que trata esta Resolução.

Parágrafo único - Compõem a Comissão um Desembargador indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça e os titulares das Secretarias Judiciária e de Recursos Humanos.

Artigo 7º - Para o total aproveitamento de sua capacidade, o voluntário será informado, com clareza e objetividade, de suas tarefas e responsabilidades, as quais devem ser compatíveis com seus conhecimentos, experiências e interesses.

Artigo 8º - São deveres do voluntário:

I - respeitar as normas legais e regulamentares, além de cumprir fielmente as tarefas que lhe forem atribuídas;

II - acolher, com respeito e urbanidade, as orientações e determinações do responsável pela coordenação e supervisão de seu trabalho;

III - atuar de forma integrada e coordenada com a equipe de trabalho do Tribunal, comprometendo-se apenas com o que efetivamente puder realizar;

IV - manter sigilo sobre assuntos dos quais, em razão de seu trabalho no Tribunal, tiver conhecimento;

V - economizar os recursos que lhe forem disponibilizados e zelar pelo patrimônio público.

Artigo 9º - O voluntário terá cobertura de seguro de acidentes pessoais, com prêmio custeado pelo Tribunal.

Artigo 10 - A seleção dos voluntários será realizada pela Secretaria de Recursos Humanos, com a colaboração das unidades interessadas, compreendendo as etapas de análise da documentação apresentada pelo candidato, identificação de seu perfil e entrevista com a diretoria da unidade em que se dará a prestação do serviço voluntário.

§ 1º - A unidade que pretender beneficiar-se da prestação de serviço voluntário deve informar seu interesse à Secretaria de Recursos Humanos, indicando o número de vagas, as

atividades a serem desenvolvidas, as áreas de conhecimento e os demais requisitos a serem observados na seleção dos voluntários.

§ 2º - A área de conhecimento, o interesse e a experiência do voluntário selecionado devem guardar correspondência com a natureza e as características dos serviços da unidade em que ele atuará.

Artigo 11 - O trabalho voluntário será prestado durante o expediente e segundo as necessidades da respectiva unidade judiciária.

Artigo 12 - A unidade judiciária em que se der o voluntariado informará, mensalmente, à Secretaria de Recursos Humanos, a frequência do voluntário, para registro e cômputo na certidão que lhe será fornecida.

Artigo 13 - A Secretaria de Recursos Humanos e o voluntário estabelecerão, por consenso, a duração do serviço voluntário, podendo haver prorrogação ou, a qualquer tempo, cessação dos efeitos do termo de adesão.

Parágrafo único - O voluntário poderá, a todo tempo, solicitar seu afastamento do programa, comunicando a decisão com antecedência de cinco dias úteis da data em que deseje interromper a prestação do serviço.

Artigo 14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão criada no art. 6º.

Artigo 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 06 de setembro de 2006.

(a) CELSO LUIZ LIMONGI

Presidente do Tribunal de Justiça

DJE, de 11.10.2006

Confraternização |

Magistratura Estadual comemora mais um ano de sucesso

O fim de 2009 foi marcado por celebração em todo o Estado de São Paulo

Após o grande sucesso da festa realizada no Expo Transamérica, em 5 de dezembro, várias confraternizações regionais ainda foram celebradas no perímetro de todo o Estado.

Os reencontros efetivaram o espírito de conagração entre os Desembargadores e Juizes do Fórum Cível Central, da Fazenda Pública, de Sorocaba, Campinas, São José do Rio Preto, Santos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, entre outros.

Aproveite as fotos para reviver um pouco dos momentos mais vibrantes registrados!

Tenha um excelente ano! ■

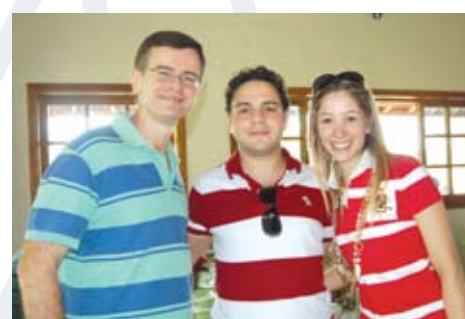


Aposentados e pensionistas



Desembargadores

Campinas



Sorocaba





Fórum
João
Mendes



Fazenda Pública
CAJUFA



Santos



São
José dos
Campos



São José
do Rio Preto



Ribeirão
Preto



Novos prédios de Direito Público e de Direito Criminal são inaugurados

No antigo Hilton Hotel, foi instalado, no dia 23 de dezembro, o novo prédio dos Desembargadores da Seção de Direito Público. O prédio foi construído em 1967 na Avenida Ipiranga, próximo às ruas mais tradicionais de São Paulo e é referência ímpar no Estado.

Na cerimônia de abertura o então Presidente do TJ/SP, Des. Roberto Antonio Vallim Bellocchi, comentou detalhes importantes sobre a reforma do edifício: "Este edifício foi refeito. Foi um jogo de paciência, de resignação. Este é o prédio que o TJ oferece à Seção de Direito Público. Ele está em plenas condições de receber os Desembargadores. E tudo indica que ficaremos aqui por muito tempo. Esta é mais uma tarefa cumprida", disse.

Após os discursos de inauguração, os Magistrados foram convidados a conhecer as novas instalações. Os cinco elevadores de última geração foram a primeira novidade que encontraram. O novo sistema é responsável pela otimização do tráfego vertical no prédio, possibilitando o uso dos elevadores com maior velocidade, menor tempo de espera e economia de energia. Além disso, os Magistrados puderam conhecer os Gabinetes, que dispõem de um espaço privilegiado.

Estiveram presentes o Des. Antonio Carlos Viana Santos, Presidente da Seção de Direito Público do TJ/SP, eleito Presidente do Tribunal para o biênio 2010/2011; Des. Alceu Penteadó Navarro, Vice-Presidente e Corregedor do TRE/SP; Des. Henrique Nelson Calandra, então Presidente da APAMAGIS; Des. Paulo Dimas, então 1º Vice-Presidente da APAMAGIS, eleito Presidente da Associação para o biênio 2010/2011; Des. Antonio Rulli Júnior, Diretor da EPM e Presi-



| Presidente Bellocchi e Presidente eleito Viana Santos observam placa do novo prédio da Seção de Direito Público



| Presidente Bellocchi descerra a placa da Seção de Direito Criminal

dente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura do Brasil; Des. Antonio Carlos Malheiros, Presidente do Instituto Paulista de Magistrados e Coordenador da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ/SP; Des. Marco Cé-

sar Müller Valente, ex-Presidente do TRE/SP, eleito Vice-Presidente do TJ/SP para o biênio 2010/2011; Des. Luis Antonio Ganzerla, Vice-Presidente da Seção de Direito Público do TJ/SP, biênio 2010/2011; os Juizes Assesores da Presidência do TJ/SP, James Alber-

to Siano, José Maria Câmara Júnior e Paulo Sérgio Galizia, entre outros.

UM DIA, DUAS NOVAS AQUISIÇÕES

No mesmo dia também foi inaugurado, na Rua Conselheiro Furtado, o prédio que abrigará os Gabinetes de trabalho dos Juizes substitutos em segundo grau da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça.

O Coordenador dos prédios dos gabinetes de trabalho da Seção Criminal do TJ/SP, Des. Guilherme Gonçalves Strenger, abriu a solenidade: "Hoje é um dia importante para a Seção Criminal, porque nós encerramos nosso ciclo de reformas. Estamos com três prédios já terminados, o que nos dá muita satisfação, pois, no início, muitos achavam que isso seria impossível".

De acordo com o Presidente do TJ/SP, o Direito Criminal sempre necessitou de instalações apropriadas. O objetivo de acomodar os Juizes de segundo grau apropriadamente foi, finalmente, alcançado, completando o número de três prédios destinados à Seção Criminal. "Deixo a Presidência e, talvez, a vida pública. Mas saio com a certeza do dever cumprido. Entrei sorrindo e me despeço sorrindo. Afinal, é muito triste sair chorando."

Além dos já citados, fizeram-se presentes os Secretários do TJ/SP, Mário Roberto Alcântara e Sandra Maria Pereira; Paulo Bomfim, decano da Academia Paulista de Letras; Gerônimo do Nascimento Fidélis, Diretor Técnico de Serviços da Tecnologia da Informação, representando a Secretaria; Engenheiro Marco Aurélio Meneghetti, da Construtora Santa Luiza, responsável pela reforma do prédio.

EPM inaugura novas instalações



| Des. Rulli Jr., Diretor da EPM, inaugura novas instalações



| Acervo da EPM contempla quase 40 mil obras

Foi inaugurada em dezembro a nova biblioteca da EPM, situada no 4º andar do prédio da Escola, onde foram instalados dois amplos auditórios, estúdios para transmissão em vídeo, terminais de áudio para videoconferência e internet, além de aproximadamente 40 mil obras.

Com o sistema de biblioteca virtual a ser implantado, o acervo da Escola estará interligado ao da biblioteca central do Tribunal de Justiça, localizada no Palácio da Justiça, possibilitando o acesso a obras digitalizadas. Com isso, serão integradas informações jurídicas de todo o Poder Judiciário do Brasil e de outros países, disponibilizando documentos jurídicos eletrônicos, decisões de 1º grau, acórdãos e obras de doutrina.

Na abertura da cerimônia, o Des. Antonio Rulli Júnior, Diretor da EPM, comentou sobre o rumo que a escola tomou, na demonstração de uma eterna evolução. "A escola é fruto de obras e não de aventuras. Prova disso é que ela está cada vez mais profissionalizante do que acadêmica", disse.

O Desembargador aproveitou também para agradecer a colaboração dos Magistrados Fernando Figueiredo Bartoletti, Coordenador de informática e da biblioteca da EPM e José Maria Câmara Júnior, Juiz Assessor da Presidência, além dos funcionários que auxiliaram no projeto. "Para falar ao vento, são necessárias palavras, mas para falar ao coração, são necessárias obras", concluiu o Diretor.

Em seguida, o Des. Armando Sérgio Prado de Toledo salientou a primorosa

gestão do Des. Rulli Júnior, a competência dos funcionários da Escola e a responsabilidade da próxima Diretoria. "Confio muito em nossa nova diretoria, presidida pelo Desembargador Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, e adianto que farei tudo o que estiver a meu alcance", afirmou. "A Escola Paulista da Magistratura é o braço cultural do Poder Judiciário do Estado de São Paulo e merece nosso respeito e empenho", salientou.

O evento teve a presença dos Desembargadores Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Vice-Diretor da EPM e Diretor eleito para o biênio 2010/2011; Marcus Vinícius dos Santos Andrade, ex-Diretor da EPM; Gilberto Passos de Freitas, ex-Corregedor-Geral da Justiça, Benedito Silvério Ribeiro, Coordenador da Área de Direito Privado da EPM; Eutálio José Porto de Oliveira, Coordenador da Área de Filosofia e Afins; Roque Antonio Mesquita de Oliveira, 1º Vice-Presidente da APAMAGIS; João Negrini Filho; Coronel Fernando Pereira, Presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo; dos Juizes Fernando Figueiredo Bartoletti, 2º Vice-Presidente da APAMAGIS e José Maria Câmara Júnior, Assessor da Presidência do TJ/SP; Juizes Carlos Fonseca Monnerat, Marcos de Lima Porta e Luís Francisco Aguiar Cortez; do Professor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, integrante do Conselho Estadual da Educação; e do Advogado e Professor Paulo Hamilton Siqueira Junior, entre outras autoridades e funcionários do Judiciário paulista.

Prêmio Edgard de Moura Bittencourt



| Autoridades e diversas personalidades foram agraciadas com Prêmio Edgard de Moura Bittencourt

Após a primeira edição do prêmio Edgard de Moura Bittencourt, realizada no último dia 5 de dezembro, a segunda e a terceira partes da premiação aconteceram nos dias 18 e 22 de dezembro.

Foram concedidas, no dia 18 de dezembro, as láureas às seguintes personalidades: Senador Aloizio Mercadante, Des. Marco Antonio Marques da Silva, Presidente da Academia Brasileira de Direito Criminal, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, Procurador Geral do Estado, Des. Roberto Antonio Vallim Bellochi, ex-Presidente do TJ/SP, Juiz Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, Presidente do TRT/15, Edgard Camargo Rodrigues, Presidente do TCE/SP, Cel. Fernando Pereira, Presidente do TJM/SP, Roberto Braguim, Conselheiro Presidente do TCM de São Paulo, Márcio

Thomaz Bastos, Ex-Ministro da Justiça, Cel. Álvaro Batista Camilo, Comandante Geral da PM/SP, Des. Antonio Carlos Viana Santos, Presidente do TJ/SP, Des. Munhoz Soares, Corregedor Geral da Justiça do TJ/SP, Des. Eduardo Pereira Santos, Des. Luiz Antonio Rodrigues da Silva, Des. Marli Marques Ferreira, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª região, Juíza Sônia Maria Lacerda, Presidente da AMATRA/SP, Cláudio Ferraz de Alvarenga, Corregedor do TCE/SP, Des. Heraldo de Oliveira Silva, Presidente da APM, Des. José Renato Nalini, Presidente da Academia Paulista de Letras, Des. Rui Stoco, Ex-Conselheiro do CNJ, Fábio Ferreira de Oliveira, Presidente da AASP, Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente OAB/SP, Cel. Luiz Carlos dos Santos, Presidente da AOPM, Cel. Elzo Lourenço

Nagalli, Diretor da AOPM, Juíza Telma Angélica Figueiredo, Juíza-Auditora e Diretora do Foro do CJM, Fábio de Salles Meirelles, Presidente da FAESP, Alexandre de Moraes, Secretário Municipal de Transporte e Serviços, Plínio Bolívar de Almeida, Embaixador do Grão Oriente de São Paulo, Jurista Dalmo Dallari, Dr. Antônio Fernando dos Santos, Senador Eduardo Suplicy, Jornalista Luiz Maurício, Diretor do Jornal da Justiça, Jornalista Márcio Antônio Lopes Costa, Diretor do Diário de Notícias, Jornalista Milton Rondas, Diretor do Tribuna de Direito, Jornalista Alexandre Raposo, Presidente da Record, Percival de Souza, Jornalista e Comentarista da Record. Receberam ainda o prêmio o Governador José Serra e o Jornalista Milton Parron, que não puderam com-

parecer ao evento, entretanto enviaram seus representantes.

Por fim, no dia 22 de dezembro, a APAMAGIS premiou mais duas personalidades: o Diretor Executivo do Grupo Qualicorp, José Seripieri e o Presidente da ADPESP, Dr. Sérgio Roque.

Entre os presentes às duas cerimônias de entrega estavam o Presidente e os Vice-Presidentes da APAMAGIS na ocasião, os Desembargadores Calandra, Paulo Dimas e Roque Mesquita, o Conselheiro Des. Sebastião Luiz Amorim, além dos Desembargadores Renzo Leonardi, Hélio Lobo, Laerte Nordi, Narcisio Orlandi Neto, Octaviano Santos Lobo, Américo Izidoro Angélico, Benedito Silvério Ribeiro, William Roberto de Campos e Luiz Camargo Pinto de Carvalho.

Repercussão do artigo “Central de Mandados - Fórum Hely Lopes Meirelles”

O *Tribuna da Magistratura* convidou dois respeitadas órgãos públicos que utilizam o serviço da Central de Mandados - Fórum Hely Lopes Meirelles para relatar a melhoria que a implantação proporcionou à prestação jurisdicional.

“A concentração de mandados a serem cumpridos na Central facilitou em muito o cumprimento dos mesmos, uma vez que, em um único momento, pode-se ter acesso a todos os mandados relativos a um único projeto, no caso da Secretaria de Estado da Cultura, a desapropriação da quadra 49 [onde se situavam lojas da antiga rodoviária-fashion Luz].”

Sandra Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura Municipal de São Paulo.

“Quanto ao serviço prestado pela Central de Mandados, na qualidade de Chefe do Departamento responsável pelos processos judiciais de que for parte ou interessada a Cia. do Metrô de São Paulo, especialmente nas demandas desapropriatórias e possessórias, que exigem urgência maior no cumprimento dos atos judiciais, é preciso ressaltar a eficiência e o comprometimento dos funcionários sob a batuta da Dra. Ana Paula. O que mais surpreende, todavia, não é apenas a melhoria notada na qualidade e na agilidade do atendimento, mas, sobretudo, na forma como esse serviço vem sendo prestado.

Para ilustrar, já houve caso em que

a Juíza Corregedora deixou à disposição o número de seu celular particular, para que os advogados e empregados encarregados de determinada mudança pudessem lhe telefonar em caso de emergência ou alguma dúvida. Esse fato em si põe à mostra que muito do sucesso da Central de Mandados está na habilidade de quem a comanda, no trato cortês não apenas com relação aos advogados mas, principalmente, com os escreventes e Oficiais de Justiça; trato este que, por certo, reflete em um trabalho mais prazeroso e produtivo. Enfim, é preciso ressaltar que, em grande medida, a ideia de centralizar os mandados sob o comando de um juízo específico tem sido vitoriosa por conta de estar sendo executada por pessoas motivadas e comprometidas. O mesmo projeto, todavia, se dado à execução e ao gerenciamento de pessoas despreparadas, desmotivadas e desqualificadas, poderá representar o verdadeiro caos para os juízes cujas decisões querem se ver cumpridas com agilidade e eficiência.

Oxalá o exemplo da Central de Mandados do Fórum Hely Lopes Meirelles seja copiado por todas as futuras Centrais de Mandados a serem criadas nessas terras bandeirantes e sirva de modelo, também, para os demais serviços forenses prestados pelo Poder Judiciário Paulista”.

Cesar Augusto Alckmin Jacob

Chefe do Departamento de Representação Judicial, Gerência Jurídica da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

Aprovado plano estratégico do CNJ para os próximos cinco anos

O plenário do Conselho Nacional de Justiça - CNJ aprovou, no dia 15 de dezembro, por unanimidade, um plano estratégico com uma série de metas a serem atingidas nos próximos cinco anos. O plano, proposto pelo Conselheiro Marcelo Neves, visa aprimorar a atuação do Conselho Nacional de Justiça como instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

Entre as metas está a de reduzir de 25% para 10% a taxa de congestionamento dos processos no CNJ, até 2014. Com a definição do plano, o Conselho Nacional de Justiça cumpre a Meta 1 do Judiciário de desenvolver um planejamento estratégico plurianual (mínimo de cinco anos) alinhado aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, definidos pela Resolução 70 do Conselho.

As metas, os projetos e as ações descritas estão divididos em sete eixos de atuação: fiscalização e correição, alinhamento e integração, atuação institucional, eficiência operacional, infraestrutura e tecnologia, gestão de pessoas e orçamento.

O objetivo do plano é contribuir para que a prestação jurisdicional no Brasil seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

Entre as metas está, por exemplo, a de garantir 80% de avaliação positiva sobre o acesso ao CNJ nos próximos cinco anos, assim como atingir o índice de 95% de sucesso na execução de projetos estratégicos.

A expectativa é de que até 2014 o CNJ alcance o patamar de 90% de conhecimento por parte da sociedade, como instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário. Outra meta é inspecionar sete tribunais a cada ano, até 2014.

Com o plano, também se espera que até 2014 o conteúdo de todos os processos do Conselho Nacional de Justiça estejam disponíveis na internet, assim como 80% das informações orçamentárias e financeiras de todos os tribunais brasileiros. “É essencial para a cultura da eficiência que os critérios de gestão possam ser mensurados”, enfatizou o Conselheiro Marcelo Neves.

TJ/SP INVESTE EM PLANEJAMENTO

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio de seu Núcleo de Planejamento e Gestão e em atenção à Meta I e à Resolução nº 70/09, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborou Planejamento Estratégico para o período de 2010 a 2014.

As importantes metas foram estudadas, detalhadas e, a seguir, aprovadas pelo Órgão Especial, na sessão do dia 25 de novembro do ano passado.

O Núcleo de Planejamento e Gestão do TJ/SP é formado pelos Desembargadores Samuel Alves de Melo Júnior, Vera Angrisani e Fábio Monteiro Gouvêa e dos Juízes João Carlos Sá Moreira de Oliveira e José Maurício Conti.

Magistrados visitam o Instituto Tecnológico da Aeronáutica



Membros do ITA apresentam a evolução da aeronáutica aos Magistrados

Numa visita ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), no dia 27 de novembro, os Magistrados puderam conferir de perto a luta pela nacionalização aérea e a evolução conquistada desde o ícone nacional Alberto Santos Dumont.

Os Magistrados embarcaram em Congonhas no avião Condor do 1º/ 2º GT e em São José dos Campos foram recepcionados pelo Brigadeiro Panzini. O oficial explicou a história e novidades da tecnologia aeronáutica nacional sob o tema título "Ciência e tecnologia aeroespacial: modelo Montenegro". O Des. Vieira de Moraes resumiu o sentimento do grupo: "Gostaria de destacar a felicidade que o senhor teve na escolha da exposi-

ção, porque nos deu uma visão estrutural com boas justificativas".

O Centro de Competência em Manufatura foi apresentado pelo Coordenador da Graduação de Engenharia Mecânica e Aeronáutica do ITA, Luiz Gonzaga Trabasso. Na oportunidade, todos puderam ver de perto o protótipo brasileiro de turbina para aeronaves civis, um sinal grandioso da capacidade nacional no âmbito de tecnologia aeronáutica.

O acervo do Memorial Aeroespacial Brasileiro (MAB) está distribuído em cinco ambientes: Ensino, Aeronáutica, Bélico, Espacial e Pesquisas Associadas, que apresentam algumas curiosidades como o motor a álcool do veículo Dodge, grande

atração durante a visita; bombas e mísseis de diversos tipos e funções; maquetes dos foguetes Sonda e do VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites e propulsores).

Para finalizar o passeio, o Cel. Ferraz, guia da visita ao Instituto de Controle ao Espaço Aéreo (ICEA) mostrou como é o funcionamento e as infinitas particularidades das cabines de simulação de voo, desenvolvidas no próprio ICEA.

Participaram da visita ao ITA os Desembargadores Antonio Carlos Vieira de Moraes, Raymundo Amorim Cantuária, Gilberto de Souza Moreira, Paulo Miguel de Campos Petroni e os Juízes Paulo Antonio Prazak, Cel. Orlando Eduardo Geraldí, Ênio Luiz Rossetto e Luiz Alberto Moro Cavalcanti.

Assembleia Geral Ordinária do CCH – Convocação

Ficam convocados os Magistrados da Caixa de Assistência Médica e Hospitalar dos Magistrados, na forma prevista no artigo 12, caput e artigo 17 do Regulamento, a comparecer à Assembleia Geral que se realizará no próximo dia 24 de fevereiro de 2010, às 16h30, na sede administrativa da Associação Paulista de Magistrados, para deliberar sobre a apreciação da situação financeira da Caixa, a discussão e aprovação da tomada de contas da diretoria do exercício dos anos 2008 e 2009, a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e a eventual alteração do regulamento.



Innovare reconhece virtualização em prêmio

O resultado do VI Prêmio Innovare, cujo tema foi *Justiça rápida e eficaz*, reconheceu na virtualização um modo de dar mais agilidade ao Judiciário. Na categoria Tribunal, o premiado foi o projeto de virtualização do STJ, liderado pelo Min. Cesar Asfor Rocha. Outro premiado foi o Juiz Roberto Santos Taketomi, de Manaus, que implantou o processo eletrônico e automatizado.

O Innovare também premiou o mutirão carcerário, de iniciativa do CNJ e que conta com a participação de Juízes, Defensores e Promotores. O projeto tem como objetivo garantir o respeito aos direitos e garantias fundamentais dos presos e egressos do sistema prisional e o efetivo cumprimento da Lei de Execução Penal.

O anúncio dos vencedores do prêmio foi realizado no STF, com a presença do Presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare, Márcio Thomaz Bastos, do Presidente do STF e do CNJ, Min. Gilmar Mendes, do Presidente da República em exercício, José Alencar, entre outros



representantes do Judiciário. Além de troféus e placas de menções honrosas, foi entregue o prêmio de R\$ 50 mil aos primeiros colocados em cada categoria.

Na categoria "Tribunal", o prêmio ficou com a prática "Justiça na era virtual",

do STJ. A prática tem o objetivo de extinguir o processo em papel dentro da Corte. Desde janeiro deste ano, foi iniciada a digitalização de todos os processos distribuídos e dos processos em tramitação.

Na categoria "Juiz Individual", venceu a prática "Celeridade processual e integração das funções essenciais à Justiça", liderada pelo Juiz Roberto Santos Taketomi. De acordo com o Innovare, além da virtualização, o sistema implantado permite controle de prazos dos processos, sendo que aqueles com prazo vencido são destacados, diferenciando dos que ainda aguardam o estgotamento do prazo.

Houve ainda premiação em diversas outras categorias, como Ministério Público, Defensoria e Advocacia.

Judiciário terá monitoramento de gastos na internet

No dia 15 de dezembro, o plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou, de forma unânime, a resolução que regulamenta a publicação na internet de informações referentes à administração orçamentária e financeira dos tribunais de todo o país. A criação de um sistema semelhante ao Siafi, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, é do Conselheiro Marcelo Neves.

De acordo com o Ministro Gilmar Mendes, a resolução permitirá um maior controle dos gastos do Judiciário. Ela determina que os tribunais publiquem em seus sites as despesas com pessoal, gratificações, aluguel, diárias, serviços de comunicação, limpeza, conservação, construção e reforma de imóveis.

As informações devem ser incluídas em um link intitulado "transparência", ao qual qualquer cidadão poderá ter acesso. Até o vigésimo dia de cada mês, a partir de fevereiro de 2010, os tribunais terão de publicar os gastos gerais

com pessoal e serviços. Também terão até o dia 31 de março de 2010 para informar os demonstrativos detalhados dos anos de 2007, 2008 e 2009.

Antes de ser levada a plenário, a proposta de resolução foi submetida a consulta pública no site do CNJ e algumas das sugestões encaminhadas foram incorporadas ao texto final. Gilmar Mendes destacou que a necessidade de criar mecanismos de controle das despesas do Judiciário surgiu dos resultados das inspeções promovidas pela Corregedoria Nacional de Justiça em diferentes tribunais brasileiros. "As inspeções identificaram assimetrias e revelaram problemas nessa área e no processo de controle das despesas", lembrou o Ministro.

O Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti destacou que a resolução, aliada ao planejamento estratégico do Judiciário, é fundamental para garantir a transparência e assim promover a modernização dos tribunais brasileiros.

Araçatuba sediará 1º Encontro Regional da nova gestão

16 a 18 de abril de 2010

Hotel Quality Resort Araçatuba



Novidades |

Livros Novos em janeiro de 2010

Antonio Raphael Silva Salvador

Desembargador e Professor Universitário

DANOS INDIVIDUAIS E AÇÕES COLETIVASAutor: Daniel Carnio Costa
Editora Juruá

O culto Juiz e Professor Daniel Carnio Costa veio agora nos trazer um livro novo, integrado na Biblioteca de Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim e voltado a um estudo sobre Danos Individuais e Ações Coletivas. Procurou o autor fazer uma análise mais completa possível sobre o processo coletivo e notadamente das ações coletivas para reparação de danos individuais.

O livro representou a tese de seu autor no Curso de Mestrado que fez, sob a orientação do Professor Arruda Alvim, tese essa que lhe deu o título de Mestre, aprovado com a nota máxima.

O que visou o autor com esse estudo? Podemos dizer que visou um estudo completo e crítico do procedimento coletivo para reparação dos danos sofridos individualmente, principalmente como se encontra no art. 95 do Código de Defesa do Consumidor. Critica como está hoje esse artigo, afirmando que ele representa uma verdadeira inutilidade, pois esse modelo processual determina que o Juiz profira condenação genérica que apenas fixe a responsabilidade do réu pelos prejuízos sofridos pelas vítimas, mas estas deverão se habilitar e comprovar o seu prejuízo individualizado e o nexa da causalidade com o evento danoso. Mostra que nada se concede ao indivíduo prejudicado, considerando que terá de provar na habilitação posterior praticamente o mesmo que teria de provar na ação individual, com as mesmas demoras e dificuldades.

Livro interessante, uma novidade no assunto e merecendo exame e estudo, para admitirmos se realmente há no artigo 95 uma inutilidade do procedimento. Mais um trabalho jurídico convincente do jovem Magistrado e Professor.

RELACIONAMENTOS AFETIVOS NOS DIREITOS CIVIL E PREVIDENCIÁRIOAutor: Jorge Franklin Alves Felipe
GZ Editora

O autor, Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e Advogado, traz neste livro estudos sobre relacionamentos afetivos no casamento, na união estável, no concubinato, na paternidade afetiva, na união homoafetiva (pessoas do mesmo sexo), nos pedidos de alimentos, no direito da guarda e visita de filho, na pensão previdenciária e no planejamento sucessório.

O objetivo do autor foi responder aos principais questionamentos que envolvem os relacionamentos afetivos, qualquer que seja a sua natureza: relacionamentos permitidos, proibidos, aqueles entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, com filhos próprios ou de criação, para mostrar em cada caso qual o direito a cuidar dos interesses, se o civil ou o previdenciário.

Mostra que mesmo existindo relacionamentos afetivos, em um desses direitos pode a união ser respeitada e no outro não. Procura o autor examinar cada caso diante das regras que garantem a instituição de família na Constituição Federal. Chega a perguntar: o conceito de família para o direito é o mesmo adotado na vida real? Qual a consequência das relações pré-afetivas, surgidas no início do relacionamento e quais os efeitos das relações afetivas já extintas?

Passa a examinar outros temas interessantes, como a paternidade afetiva, o concubinato, as relações homossexuais, as questões referentes aos filhos e à pensão alimentícia, mostrando em cada caso como vem a solução do direito civil e qual a do direito previdenciário.

Interessante e oportuno este estudo, ligado aos problemas decorrentes da afetividade entre pessoas e suas consequências.

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NAS RELAÇÕES PARTICULARESAutor: João Bosco Maciel Junior
Editora Saraiva

Apresentando este livro o Professor Doutor Camilo Zufelato, da Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto, assim se manifesta: "A presente obra trata da aplicabilidade do contraditório na relação entre privados, alargando assim o âmbito de operatividade de um princípio que é verdadeiro elemento estruturante do direito processual para as relações externas ao processo judicial ou administrativo. Em outros termos, o trabalho defende a aplicação do contraditório para toda e qualquer relação que escape do processo estatal. Se com a Constituição de 1988 não restou dúvida da necessidade do respeito ao contraditório e à ampla defesa para os processos estatais não jurisdicionais, art. XV, LV, a presente obra defende com propriedade a extensão desse princípio para os casos em que não há intervenção do Estado na tomada de decisões sancionadoras".

A professora Ada Pellegrini Grinover afirma que "decorre daí que o poder privado, não estatal, tem de ser submetido a controles,

tanto quanto o poder público, na medida em que impõe imperativamente decisões e condutas, interferindo na esfera jurídica ou patrimonial de outrem." E mais adiante, em sua apresentação da obra, afirma: "Caberá ao juiz verificar se houve ou não participação do interessado na preparação do ato decisório imperativo." Essa é a tese do livro, que merece ser meditada com muita atenção.

PRESCRIÇÃO PENAL - MANUAL PRÁTICOAutor: Frederico Blasi Neto
Editora Jurez de Oliveira

Surge agora, em 3ª edição, revista e melhorada, o livro sobre a prescrição penal, em forma de manual prático, destinado a fazer o leitor entendê-la e calculá-la.

Seu autor, o Promotor de Justiça Dr. Frederico Blasi Neto, lembra bem como o tema da prescrição penal enseja discussões e é profundamente importante. O autor busca informar sobre temas relevantes quanto à prescrição penal, desde a sua natureza jurídica, os prazos fixados na lei e lembrando os crimes imprescritíveis. Passa depois pelo exame do cálculo do prazo prescricional, as causas interruptivas e suspensivas desse prazo.

Ainda estuda as espécies de prescrição, como da pretensão punitiva, prescrição intercorrente, da retroativa e da pretensão executória. Todas elas exigindo e trazendo um estudo completo do autor, com exemplos, cálculos e citações.

O livro é muito educativo, cuidadoso e justifica o sucesso que vem tendo desde a sua 1ª edição.

Frente a Frente com a Justiça discute os principais temas de interesse da Magistratura Brasileira.

TV Justiça
Domingo 16h30

TVJUSTIÇA

Pai ou amiguinho?

Fábio Henrique Prado de Toledo

Juiz de Direito em Campinas
fabiotoledo@apamagis.com.br

Há poucos meses uma reportagem divulgada no Folhateen, do jornal Folha de S.Paulo, relata que é cada vez mais frequente pais e filhos fumarem maconha juntos. Afora a aberração que é o uso de entorpecente em si, isso revela uma tendência dos pais e das mães de nosso tempo de se colocarem no nível dos filhos, portando-se como verdadeiros adolescentes, pensando que com isso conquistarão a confiança e a amizade deles. Mas será que os filhos esperam isso dos pais?

Talvez nos ajude a responder a essa indagação se considerarmos como são nossas expectativas em relação a um profissional que nos presta um serviço. Quando procuramos um médico, por exemplo, almejamos dele algo que não temos, que é o conhecimento técnico necessário para a cura de uma doença. E a relação que se estabelece entre médico e paciente não é de absoluta igualdade. Ao contrário, o médico possui autoridade para propor o tratamento adequado a que o paciente deve se submeter, ou procurar outro profissional, caso não atinja um grau suficiente de confiança.

E algo de semelhante ocorre em ou-



tras profissões: advogado, engenheiro, etc. Espera-se que tenha um conhecimento de seu ofício capaz de desempenhá-lo com eficiência e competência. E imagino que um cliente não teria suficiente confiança num advogado que o atendesse em seu escritório com uma camiseta surrada, jeans rasgado, tênis sujo, mascarando chiclete e se expressando por meio de gírias vulgares.

Ser pai e ser mãe é muito mais que uma profissão, mas os filhos têm direito a que essa missão seja exercida com muito mais profissionalismo, eficiência e competência que qualquer ofício.

Nossos filhos têm direito de ter um pai e uma mãe de verdade, que se ocupem da educação deles. Não precisam de mais um amiguinho ou uma amiguinha. Pais

que saibam exercer a autoridade no momento e na medida certa. Que respeitem a liberdade e a intimidade dos filhos. Que não sejam autoritários nem que vivam impondo restrições aos filhos apenas na medida em que violem sua comodidade e sossego. Mas que, sobretudo, sejam fortes o suficiente para dizer não, quando o bem deles o exigir e, mais ainda, que sejam valentes para sustentar suas decisões bem pensadas até o final.

Isso não quer dizer que os pais não possam ser amigos dos filhos, no sentido de que eles se sintam à vontade para lhes abrir a intimidade, revelando seus sonhos e frustrações. Seria muito bom que o pai e a mãe conseguissem contar com a total confiança dos filhos. No entanto, essa amizade há de se estabele-

cer sem que o pai deixe de ser pai, nem o filho de ser genuinamente filho.

Não se trata, também, de restabelecer uma relação autoritária entre pais e filhos. O pai e a mãe sábios percebem que a melhor ordem é um simples "por favor", dito com tal delicadeza e com elegante firmeza que se fazem obedecer. E conseguem esse resultado porque o fazem por amor, não por vaidade, comodismo ou qualquer outro motivo que não o verdadeiro bem dos filhos.

Penso que o melhor exemplo de como deve ser a relação entre pais e filhos seja a de um guia que nos conduz numa escalada por caminhos tortuosos e desconhecidos. O guia será aquele que já percorreu o caminho muitas vezes. Portanto, sabe quais são os perigos, o momento de avançar e de retroceder, o de ousar e o de se precaver. E se for um bom guia, estará sempre atento aos passos de quem conduz. Essa é a missão dos pais. Sabem respeitar a liberdade dos filhos e, por consequência, deixam que caminhem com os próprios pés. Porém, sabem também que têm a missão de os guiar nos caminhos dessa vida até que sejam suficientemente maduros e, portanto, que saibam guiarem a si próprios.

Mais ainda, que um dia sejam eles também pais e mães a guiarem eficazmente seus filhos, nesse ininterrupto e maravilhoso ciclo da vida. ■

Em bom português: linguagem simples

Alexandre Germano

Desembargador e Coordenador do Museu do TJ/SP

A clareza e a simplicidade são o fundamento da boa redação. Todos os que estão acostumados a escrever sabem que não é fácil redigir de forma simples, sobretudo quando se trata de textos jurídicos, cuja tradição ainda conserva muito da linguagem arcaica e solene, composta de longos períodos, entremeados de latinismos e citações clássicas. Tal estilo não demonstra maiores conhecimentos técnicos e profissionais, mas sim revela a dificuldade do redator em ordenar as ideias e comunicá-las de forma razoável.

Na França, há uma comissão de redação, que zela pelos textos legislativos, procurando sua simplificação, a fim de que o cidadão comum possa entender o conteúdo das leis aprovadas no país. E nos Estados Unidos da América surge agora um movimento para fortalecer a linguagem simples na redação de leis, documentos, co-

Orações longas e complicadas não enriquecem o estilo nem revelam o verdadeiro saber jurídico, mas dificultam o entendimento do texto por parte dos leitores.

municados oficiais, bulas de remédio e descrições de alimentos. Trata-se do Centro para a Linguagem Simples (CLS), que busca alertar as pessoas para a necessidade de serem claras ao escrever, premiando os textos mais bem escritos e reprovando os textos confusos, que ninguém entende.

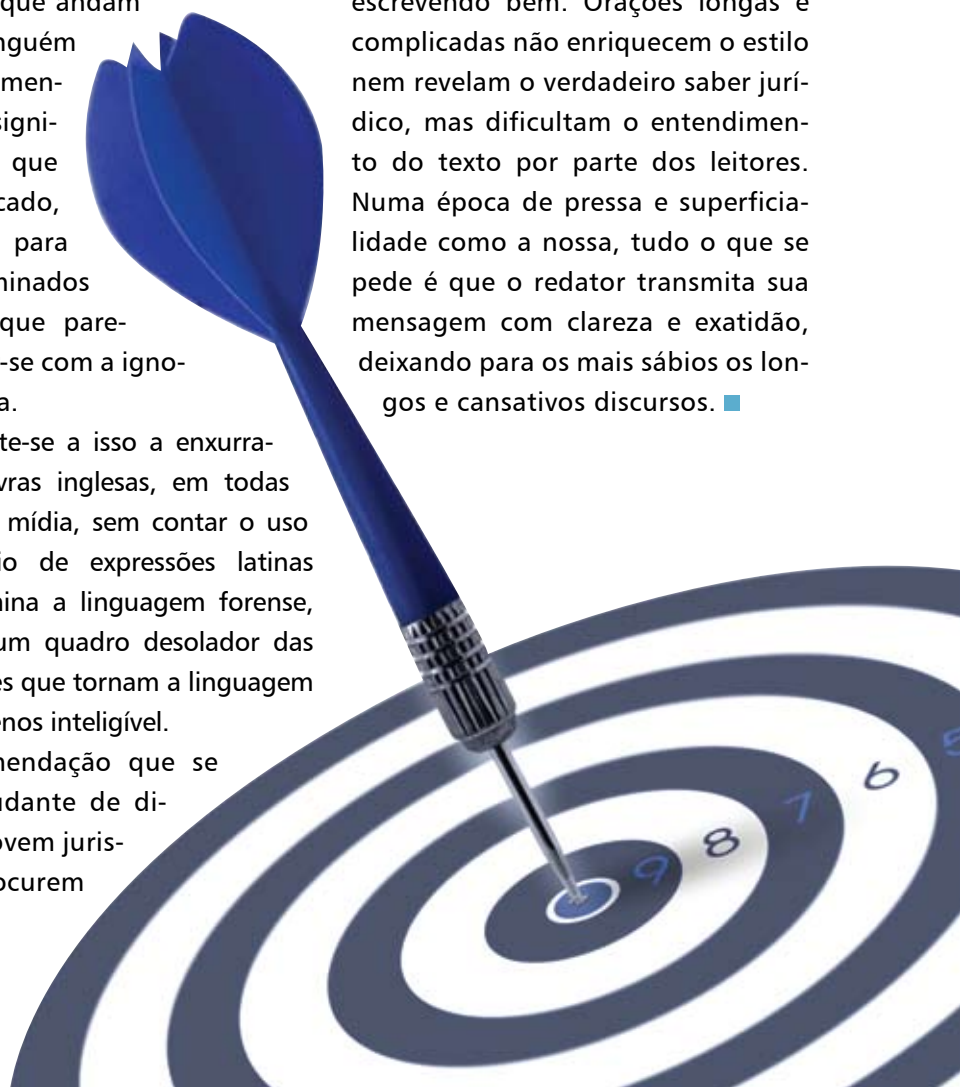
Aqui no Brasil, a simples leitura dos jornais nos levaria à reprovação sumária de palavras e expressões como "sustentabilidade", "marco regulatório", "somatória de fatores endógenos", "metas mandatórias" (em oposição a metas voluntárias), "fator regionalidade", e, a última novidade, um tal "bônus demográfico"

(que é o período em que a população economicamente ativa supera o número de idosos e crianças). E assim outras tantas expressões, invenções e modismos, que andam por aí e ninguém sabe exatamente o que significam, se é que têm significado, a não ser para alguns iluminados da mídia, que parecem divertir-se com a ignorância alheia.

Acrescente-se a isso a enxurrada de palavras inglesas, em todas as áreas da mídia, sem contar o uso desnecessário de expressões latinas que contamina a linguagem forense, e teremos um quadro desolador das complicações que tornam a linguagem cada vez menos inteligível.

A recomendação que se faz ao estudante de direito e ao jovem jurista é que procurem

escrever de forma clara e simples, empregando a ordem direta (sujeito, predicado, complemento), em frases curtas, porque só assim estarão escrevendo bem. Orações longas e complicadas não enriquecem o estilo nem revelam o verdadeiro saber jurídico, mas dificultam o entendimento do texto por parte dos leitores. Numa época de pressa e superficialidade como a nossa, tudo o que se pede é que o redator transmita sua mensagem com clareza e exatidão, deixando para os mais sábios os longos e cansativos discursos. ■



Julio Osmany

Jefferson Barbin Torelli

Juiz de Direito em Jundiaí

A grandeza da magistratura paulista tem sido edificada ao longo da história pelo valor de seus integrantes. Patrimônio moral da nação, que há poucas semanas perdeu um de seus mais valorosos quadros.

Julio Osmany Barbin partiu serenamente na manhã de 9 de dezembro de 2009 para um plano superior, reservado àqueles que fizeram da vida um exemplo de dignidade, honradez e amor ao próximo.

Ingressou na Magistratura em 1978 e julgou em diversas comarcas do interior, dentre elas Santa Cruz das Palmeiras, Casa Branca e Campinas. Foi juiz em Rio Claro até a sua aposentadoria, em 2006.

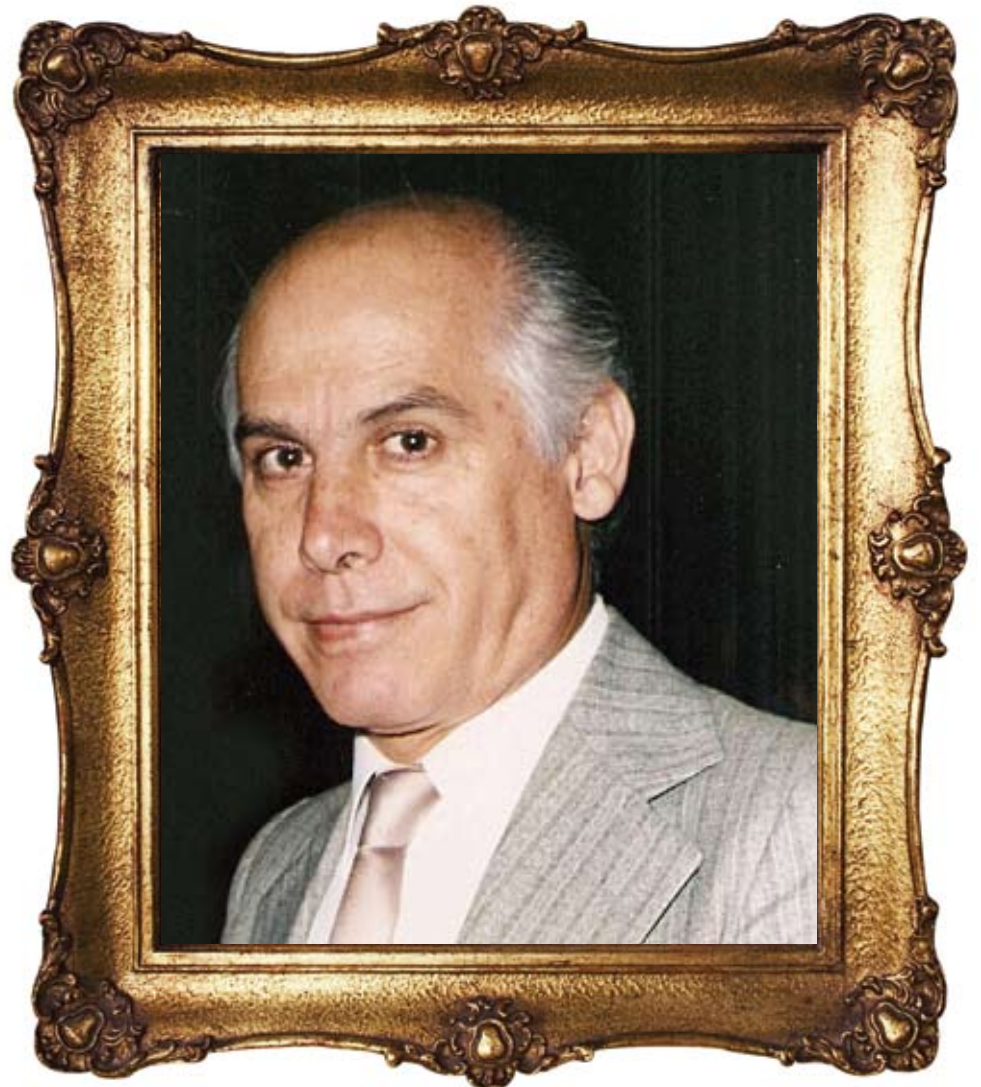
Suas decisões eram escritas em linguagem elegante e impecável. Deixavam transparecer sempre sua cultura jurídica e seu grande senso de justiça.

Many, como era carinhosamente conhecido, possuía uma simpatia admirável e uma alegria contagiante. Orgulhava-se de ser o mais “roxo” dos palmeirenses.

Reunia em torno de sua pessoa uma interessante unanimidade: era admirado e querido por todos!

Deixou aos filhos Érica, Júlio César e Lidiane o exemplo de bom pai e de homem digno e honrado. Deixou, ademais, uma legião de amigos e admiradores. ■

Reunia em torno de sua pessoa uma interessante unanimidade: era admirado e querido por todos!



Audácia e Ternura

Paulo Bomfim

Poeta, Jornalista e Membro da Academia Paulista de Letras

Conheci Anita Malfatti através de minha mãe, que era sua aluna de pintura. Nosso primeiro encontro ocorreu nos idos de 45. Pouco depois, ela faria meu retrato, exposto na galeria existente no subsolo do edifício Esther, na Praça da República. No local onde funcionaria a boite Oásis, surge o Clube dos Artistas e Amigos da Arte, que floresce na Barão de Itapetininga em 1947, mudando-se, posteriormente, para a sede do Instituto dos Arquitetos, na Rua Bento Freitas.

A residência de Anita passa a ser ponto obrigatório de meus giros pela cidade de São Paulo. A alegria que ali reinava marca para sempre a lembrança de uma década privilegiada onde a arte e a vida caminham de mãos dadas. As reuniões que assinalaram a casa hospitaleira da Rua Ceará foram abençoadas pelos cabelos brancos de D. Beth, mãe de Anita. Em torno dessa figura querida girava a ciranda de netas e amigos.

Os preparativos das festas juninas eram sempre um acontecimento. Entre bandeirinhas e balões que levavam para o céu as trovas do poeta adolescente, a graça de Evangelina Pereira de Sousa e a voz romântica de Marino Gouveia cantando ao vio-

lão modinhas imperiais e lundus. Marino que, dez anos antes, em 1936, contracenara com minha tia Magdalena Lebeis, no Teatro Municipal, na “Noite de São Paulo”, de autoria de Alfredo Mesquita.

Tudo vou recordando à medida que percorro as páginas do livro de Beth sobre sua tia Anita. Entre quadros e lembranças, ressurgem com todo o fascínio a figura da deflagradora do modernismo brasileiro, a amiga que me apresentou Manuel Bandeira, Raul

Entre quadros e lembranças, ressurgem com todo o fascínio a figura da deflagradora do modernismo brasileiro, a amiga que me apresentou Manuel Bandeira, Raul Bopp e Ribeiro Couto.

Bopp e Ribeiro Couto. Não a Anita falsamente descrita como amargurada e ressentida, mas a pioneira que inaugura o rito de passagem revolucionário, transmitindo àqueles que tiveram a ventura de conviver com ela legado de entusiasmo e de generosidade.

Ao viajarmos por sua trajetória artística, mergulhamos na essência de um Brasil eterno, feito de audácia e ternura. Acredito que audácia e ternura sejam, também, a melhor definição para Anita Malfatti. ■



Europa |

Confira o carnaval de Máscaras de Veneza

Chegar a Veneza pela primeira vez transforma as expectativas criadas em torno da cidade em sombras, diante do espetáculo de cores e luzes que se espalha ao longo dos canais e vielas desse roteiro cultural, sobretudo se o turista conhecer este paraíso secular durante os festejos de Carnaval.

A cidade flutuante mais romântica da Itália, e talvez da Europa, construída sobre a água, com cem pequenas ilhas e 150 canais, fica ainda mais colorida durante os dez dias de comemoração de seu Carnaval. Nesta época, reza a tradição que a população se vista com máscaras venezianas e suntuosas roupas de seda, que cubram a identidade do figurante.

A história deste Carnaval nasceu no século XVII, quando a nobreza se disfarçava para sair e misturar-se com o povo. Desde então, artesãos da região dedicam seu tempo à arte da confecção das máscaras venezianas. Muitas dessas obras de arte podem ser conferidas e compradas, por quantias que variam de dez a cem euros, nas diversas

Lojas das vielas da cidade.

Aos turistas que não quiserem entrar no clima da festa de Veneza, não há problemas, este Carnaval também já está impregnado com toques da cultura pop. Ao andar nas ruelas de Veneza nesta época no ano, é fácil encontrar pessoas fantasiadas de *Batman*, personagens de *Star Wars*, entre outros ícones de gibis e desenhos animados.

Para completar esta festa, durante as noites em Veneza realizam-se bailes fechados em salões, seguindo o modelo da realeza no século XVII. E aos que quiserem desfrutar dos desfiles de moda de trajes carnavalescos, é prudente arranjar um bom lugar no palco



montado na famosa *Piazza San Marco*.

Ademais, os turistas também podem observar um intrincado jogo de luzes psicodélico que encobre a *Piazza San Marco* à noite.

ROTEIROS DE VENECI

Nem as fantasias e as máscaras venezianas escondem a cidade romântica de seus apaixonados. Aproveite o Carnaval de Veneza para visitar seus monumentos históricos, suas vielas

encantadoras, seus cantores de fole, suas pequenas cantinas e suas sorveterias.

Comece o *tour* por Veneza adquirindo um *Venice Card Blue*, que dá acesso ao transporte público, que é feito por embarcações marítimas que levam o carinhoso nome de *Vaporetto*. Aos interessados na arte local, há também o cartão *Orange*, que oferece entrada na maioria dos museus e igrejas.

É recomendável primeiro fazer um passeio de *Vaporetto* ou com as românticas gôndolas, cujo preço não é nada romântico, acima de cem euros, e depois saborear, aos poucos, todo fascínio da cidade com um passeio a pé. Caso o turista se perca nas diversas ruelas de Veneza, siga sempre as placas dos seguintes pontos de referência: *Piazza San Marco*, a estação de trem, as pontes *Rialto* e *Accademia*.

Não deixe também de visitar a Basílica de *San Marco*, que apresenta uma surpreendente coleção de mosaicos e

fica situada naturalmente no cartão postal mais famoso de Veneza, na *Piazza San Marco*. Ainda nesta *Piazza*, confira a Torre do Relógio, construída no final do século 15, que exhibe as fases da lua e os signos do zodíaco. Tome também um cappuccino nos inúmeros cafés que contornam a praça.

Nas adjacências da *Piazza San Marco*, veja o Palácio Ducal, que foi residência dos governantes de Veneza, chamados de doges, no século XVII. O corpo principal do palácio é todo feito em mármore. Só tome cuidado para não se apaixonar demais pela cidade e acabar decidindo fixar residência em *Veneci*, afinal, como disse Marcel Proust: "Quando eu cheguei a Veneza, descobri que meu sonho havia se tornado incredivelmente, mas simplesmente, meu endereço." ■

SERVIÇO

Para Veneza e inúmeros outros roteiros com segurança, comodidade e descontos reais, entre em contato com o Departamento de Turismo da APAMAGIS no telefone (11) 3292-2200.